VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 7

12de fevereiro de 2026

Aos **doze** dias do mês de **fevereiro** de **2026**, pelas **21** horas e **18** minutos, teve lugar a Sessão Ordinária de fevereiro, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos. Constituíram ainda a Mesa, 1ª Secretária em exercício, Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias e o 2º Secretário em exercício, Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira. ----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alexandre Miguel Capacho Vila Real, Álvaro Almeida dos Santos, Ana Clara Nobre Durana, Ângela Eugénia Ferreira de Pinho, António Fernando dos Santos Rocha, Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Daniel Fernando Almeida Moreira Couto, Diogo Filipe Prada da Silva, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Faustino Tavares de Sousa, Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes, Hugo José Silveira da Silva Pereira, Inês Sofia Oliveira Alves, Jéssica Silva Soares, Joana Cristina Côrte Ferreira, Joaquim Moreira Barbosa, Liane Mazzer, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, Mário João Oliveira Almeida Duarte, Marta Cristina Pereira Marques, Marta Filipa Carvalho Moreira da Silva, Mónica Alexandra da Silva Almeida, substituído por Andreia Volta e Sousa Ramos, Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira e Rúben David da Silva Pinto. ----------

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Alfredo José Ribeiro da Rocha, Ana Luísa de Oliveira Ferreira, Andreia Maria Ferreira Teixeira, António Arlindo Monteiro Pinto, Cláudio Alexandre Pereira Peixoto de Melo, Eduardo José Moreira de Matos, Fábio Emanuel Sá Rocha Oliveira Pinto, Fernando Constantino Augusto Ramos, Fernando Ferreira da Silva Duarte, Gustavo Leite Gama, Joaquim António Dias Tavares, Jorge Filipe Gomes Castro, José António Soares Ribeiro, Luís António Neto Castro de Oliveira, Manuel António Coutinho Ferreirinha, Manuel Joaquim de Sousa Félix, Manuel Jorge Moreira da Silva, Manuel José Dias Oliveira Gama, Nicolino Eduardo da Silva Ribeiro, Pedro Miguel Barbosa Moreira, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Sérgio Francisco dos Santos Baptista e Vasco António de Castro Bezerra. ----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: André Filipe Dias Tavares, substituído por Ricardo Filipe Mesquita Sequeira, Beatriz Castro Pinto, substituída por José Alberto Pereira Mota da Costa, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, substituído por Manuel Joaquim Freitas dos Santos, Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel, substituído por Andreia Volta e Sousa Ramos e Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por Adriana Emília Amaral Costa. ----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Sara Raquel Rodrigues Magalhães, que foi substituída por Hugo Miguel Leite Tavares. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o Senhor Vice-Presidente Firmino Jorge dos Anjos Pereira e os Senhores(as) Vereadores (as):

Elizabete Cristina Cardoso da Silva, António Fernando da Silva Rodrigues Machado, Carla Maria Rodrigues Costa, João Paulo Moreira Correia, Maria José Guerra Gamboa Campos, Joaquim César Ramos Rodrigues, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Delmino Albano Magalhães Pereira e António Fernando de Sousa Barbosa. ----------

Ponto 1 - Público.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, antes de dar início à Sessão, duas palavras, uma delas tem a ver com o congratular com a normalidade democrática com que decorreram os últimos atos eleitorais, nomeadamente para a eleição do senhor Presidente da República, sobretudo num tempo que foi um tempo marcado por tempestades e tempestades que assolaram todo o país e, também no nosso concelho. E congratular com o facto de os nossos serviços da Câmara Municipal, Proteção Civil e Bombeiros, em todos os serviços de apoio, terem estado à altura daquilo que foi necessário. Estamos todos de parabéns, mas, uma palavra muito especial aos Bombeiros, à Proteção Civil, à Polícia Municipal, às instituições do município e fora do município, aos voluntários, pelo que fizeram no nosso concelho. ----------

Senhora Rita Rodrigues, Freguesia de S. Félix Marinha, na sua intervenção, como representante dos moradores da Rua do Areal da Marinha, traz a esta Assembleia Municipal um tema que se arrasta há décadas, os moradores de uma das ruas mais a sul deste concelho pedem condições básicas de habitabilidade. Está-se em 2026 e continuam sem estar integrados na Rede de Águas de Gaia, sendo abastecidos por Espinho, sem acesso à rede de saneamento. Circulam diariamente numa rua de terra batida, sem pavimentação. Têm plena consciência que existem algumas irregularidades na rua, no entanto, também sabem que existem habitações legais, algumas datadas de 1951. Têm dito que a razão para a ausência de uma intervenção pretende-se ao facto de estarmos inseridos na estrutura ecológica fundamental que se estende desde a Avenida da Liberdade até ao mar. Questionam como é que é possível que todo o quarteirão seja abrangido por este regime e ainda assim, apenas a Rua do Areal da Marinha seja excluída de pavimentação. Pedem ainda a criação de infraestruturas essenciais, dignificando esta área e os seus moradores. Havendo vontade política, tudo se consegue. ----------

Senhor Ricardo Serra, Freguesia de Vila do Paraíso, na sua intervenção expôs uma situação particular, porque desde que mudou para Vilar do Paraíso tem sofrido há 14 anos, 15 neste momento, de inundações consecutivas provocadas pelo saneamento na rua. Expôs à Câmara de Gaia, às Águas de Gaia, ao Diretor das Águas de Gaia, mas ainda sofre com as inundações. Se não fosse o deputado Alexandre Vila Real, hoje não estava cá a expor este caso. São 15 anos a sofrer torturas e o que é certo é que sempre que chove, as águas residuais entram pelo saneamento adentro e quando chove as águas entram pela casa. Tem a casa destruída, trata-se de uma família que está em causa, gostaria de pedir aqui na Assembleia a atenção da Câmara de Gaia para uma situação que as Águas de Gaia têm conhecimento há muitos anos. São 15 anos de inundações e o que é facto é que toda a gente "empurra", mas continua numa situação deplorável, porque as inundações existem e sempre que chove, não é num caso de um temporal, é todos os anos, sempre que chove. Apela à Assembleia em geral e ao senhor Dr. Firmino, porque já lhe enviou um vídeo. As Águas de Gaia têm um projeto em papel e a resposta que dão, é que não há orçamento para fazer uma obra daquela envergadura. Custa a ouvir porque paga as suas despesas e contribui com as suas obrigações, e neste momento os filhos é que sofrem traumas e o próprio também, porque não consegue descansar com as inundações na Rua Dr. António Vale, número 595 em Vilar do Paraíso. ----------

Senhor Tiago Oliveira, Freguesia de Olival, disse que a sua questão é relativamente à Polícia Municipal, sendo que a informação que dispõe e que foi transmitida aos agentes, é que iriam estar na nova sede no mês de janeiro. O que é facto é que estamos em fevereiro e os mesmos ainda continuam no mesmo local, agravando a situação, além dos agentes que já lá estavam, foram também trazidos os outros agentes que estavam noutro local. O local em questão não tem definitivamente condições para suportar todos os agentes. Infelizmente não foi possível transmitir ao vereador do meu partido porque o mesmo se desfiliou e daí a sua vinda aqui. -----

Senhor João Manso, Freguesia de Oliveira do Douro, disse ter votado neste projeto e, integrado a lista da coligação na freguesia de Oliveira do Douro. Esta escolha confere-lhe a responsabilidade acrescida. Sente o dever de dizer que não se revê totalmente na forma como o senhor Presidente tem comunicado com os cidadãos nas redes sociais. No caso recente do Marés Vivas, considera que, mesmo não tendo sido tornada pública a relação entre investimento e retorno para a cidade, a Câmara esteve correta na defesa dos interesses do município. É legítima a posição do promotor, como é legítimo que a Câmara não ceda quando não existe encontro de interesses. O que o preocupa é o tom e a forma de comunicação pública, quando assenta na guerrilha permanente, em dedos apontados, no confronto estéril e na ausência de elevação política. Esse foi sempre o modus operandi do anterior presidente e que hoje também vemos na atual oposição do Partido Socialista. Gaia precisa de um executivo que seja diferente disto, optando antes por uma política de serenidade, elevação e foco institucional. Posto isto, o ponto concreto que o traz aqui hoje, questionar o executivo sobre os motivos que levaram à suspensão e eventual relocalização do skatepark de Canidelo, uma obra que já estava concluída. Trata se de um projeto positivo para o concelho. Promove a prática desportiva, incentiva estilos de vida saudáveis e cria um espaço de convivência numa zona amplamente frequentada pelas famílias gaienses. Estes tipos de equipamentos fazem parte integrante de uma política urbana orientada para o bem-estar e para a ocupação positiva do espaço público. Os utilizadores de parques não devem ser alvo de preconceito nem associados a uma ideia de insegurança. Até ao momento, os argumentos tornados públicos para esta suspensão parecem insuficientes. Gostaria por isso, de pedir nesta Assembleia um esclarecimento mais claro e detalhado sobre as motivações concretas desta decisão camarária, sobretudo quando Gaia se prepara para ser capital mundial do desporto em 2028. Este tipo de infraestruturas não é acessório. É coerente com a ambição e visão de cidade que promove saúde, inclusão e qualidade de vida. É isso que espera deste executivo. --------

Senhor Vítor Marques, Freguesia de Vilar do Paraíso, na sua intervenção disse que os obstáculos terão de ser ultrapassados, note-se, no entanto, que não é intenção dizer-vos que é fácil a tarefa a que este executivo se propõe, mas sim porque esperamos dele uma ousadia maior. Sabe que as dificuldades são sempre do tamanho das intenções. No entanto, é na nossa coesão que reside a nossa força. O que aconteceu em Gaia foi o abrir de uma nova via política de extrema importância. Gostaria, que Vilar do Paraíso fosse um risco. Risco esse que valesse a pena assumir com as suas ações em prol do desenvolvimento da freguesia e dos vilarenses. Agradece desde já a intervenção na zona de Cadaval, na Rua do Jardim, será o princípio de muitas mais intervenções em Vilar do Paraíso, conforme documento em anexo (**vide anexo 1**). ----------

Senhor André Pereira, Freguesia de Vilar do Paraíso, disse, vir hoje a esta Assembleia para fazer a entrega pessoalmente de um parecer por si elaborado que se refere ao anunciado projeto imobiliário para a Quinta do Morgado, no terreno ao lado do cemitério de Vilar do Paraíso. O texto é extenso e eu não vou ler naturalmente todo, mas vou me permitir, se me for autorizado, naturalmente, a ler seis pontos. O ponto um diz qualquer país desenvolvido, só pode ser porque teve em atenção determinados aspetos de organização e gestão que, ao serem observados, conduzem a essa situação. Organizar e gerir pressupõe a existência de um sem número de qualidades dos elementos ativos nesse processo, tais como bom senso e capacidade de análise e de decisão. O ponto dois, diz, tem esta introdução a ver com o publicamente anunciado projeto de construção urbanística

da Quinta do Morgado, em Vilar do Paraíso. No ponto três. A sociedade do século XXI, fruto das assustadoras alterações climáticas, já não leva em linha de conta apenas a beleza paisagística, mas também a preservação de condições naturais que permitam evitar o colapso climático. No ponto quatro. A criação de riqueza que o país tanto precisa não pode ser feita a qualquer preço. Vilar do Paraíso não pode ser a Amazónia, cuja utilização selvagem está a contribuir para a destruição do planeta Terra. Como quinto ponto. Os conceitos de desenvolvimento do século XX já não fazem sentido no século XXI. O mundo não está a mudar. O mundo já mudou. Para finalizar, o ponto seis diz o seguinte. temos de deixar de contabilizar apenas dinheiro e passar a construir a qualidade de vida, conforme documento em anexo (**vide anexo 2)** ----------

Senhor André Tavares, Freguesia de Gulpilhares, disse, na qualidade de munícipe e proponente do projeto "DesConecta", vencedor do Orçamento Participativo Jovem de 2025. Projeto que nasceu com um objetivo claro promover a literacia digital e a Cibersegurança nas escolas do nosso concelho, contribuindo para capacitar os jovens a enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais digital e marcado pela desinformação. O ano de 2025 representou um momento simbólico para Gaia enquanto capital nacional da Juventude, reforçando o compromisso coletivo com a participação e valorização das novas gerações. Foi um período importante de mobilização e de afirmação da juventude no nosso concelho. Entrados em 2026, considero oportuno acompanhar o ponto de situação do projeto Desconecta, que resultou da participação ativa e do voto dos jovens gaienses. Acredito que iniciativas que emergem de processos participativos merecem acompanhamento, continuidade e clareza quanto à sua concretização. Nesse sentido, gostaria de colocar de forma direta e construtiva a seguinte questão ao executivo qual é o ponto de situação e o calendário previsto para a implementação do projeto Desconecte nas escolas do concelho. Estou certo de que existe sensibilidade para a importância deste projeto e para a mensagem que a sua concretização transmite relativamente ao valor da participação jovem. A juventude de Gaia envolveu-se com responsabilidade e entusiasmo. É fundamental que esse envolvimento encontre correspondência em informação clara e em passos concretos. Agradeço desde já a atenção e a disponibilidade para esclarecer este tema Execução do Projeto Vencedor GOP+Jovem 2025. --

Senhor Rodrigo Durana, Freguesia da Madalena, disse, na qualidade de jovem gaiense e Madalena, prestar uma palavra de apreço e de reconhecimento pela postura deste executivo e do Dr. Luís Filipe Menezes perante a intransigência do promotor privado do Festival Marés Vivas, é imprescindível que mantenhamos esta firmeza perante os interesses do município e, que não cedamos a interesses privados e, mantenhamos essa luta pelos nossos interesses. Agrada bastante perceber que neste curto período de mandato, já se começarem a cumprir promessas feitas em campanha eleitoral e agrada também que neste momento e pela primeira vez em muitos anos, este executivo olhe por Vila Nova de Gaia, pelas suas 24 freguesias e não só por duas ou três. A terminar, deixa um pedido muito simples à oposição para acabarem de uma vez por todas com este discurso e com esta postura de campanha eleitoral. Podemos seguir o exemplo, o bom exemplo dos nossos companheiros aqui do lado do Porto, e seguir o exemplo do Dr. Pizarro, que tem feito uma oposição cordial, construtiva e leal. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes na sua intervenção em relação à senhora Rita Rodrigues lembrou que assumiu essa responsabilidade em mandatos anteriores pegar num concelho que não tinha saneamento e fazer saneamento que cobriu quase 90% do território. É evidente que os 10% de cidadãos de ruas e de estradas que eventualmente ainda não têm preocupam-se legitimamente com a sua casa. É o que aconteceria comigo. Certamente. Por acaso eu também moro em Gaia. Também não tinha ainda águas pluviais à porta. Que também é uma grande complicação. Mas tem toda a razão. Agora, como é óbvio, com tantas ruas, tantas estradas em Gaia, há razões diversas para que isso tenha acontecido, quer no passado, quando eu tive responsabilidades que eram eventualmente, durante os mandatos dos últimos anos

de outros que tiveram responsabilidades. As razões tinham a ver com o facto de serem ruas curtas, com grandes pendentes e precisarem de bomba que eram bastante caras para um número reduzido de utentes. E depois há outras explicações, mas de qualquer maneira até verifiquei que o abaixo-assinado que apresento que têm muitas assinaturas e, portanto, aquilo que eu lhe peço só era se, por favor, no final me deixava ficar o seu número de telefone para eu poder averiguar amanhã ou na segunda-feira aquilo que se passa. E eu próprio, o meu gabinete, contactei com a senhora a dar uma explicação, a dizer o que se passa é aquilo que se antevê como uma eventual e, em meu entender, uma justa resposta rápida àquilo que é o desejo de terem legitimamente o saneamento que os outros têm, as águas pluviais que os outros têm em relação à intervenção do Senhor de Vilar do Paraíso. Em relação a duas outras questões: As obras na antiga estrada 1/15, Rua do Jardim diz-me que o senhor vereador que está programada para começar até ao final do mês de Março e, portanto, ser reabilitada toda essa rua. Também. A questão da iluminação na Via 12 está neste momento a ser tratada. Havia muitos problemas desses em Vila Nova de Gaia e em relação ao Cadaval, o senhor Vereador e as Águas de Gaia vão discutir esse assunto a ver que tipo de intervenção no curto prazo lá poderá ser realizada. Em relação à Polícia Municipal, quero tranquilizar. Ainda ontem, em reunião com o Sindicato da Polícia Municipal verificamos que se está a fazer os possíveis para rapidamente encontrar soluções para a curto, médio e longo prazo. Não se pode ultrapassar as regras restritas da contratação pública, temos de as cumprir, têm prazos e, portanto, tudo o que se significa dar uma dignidade à polícia também não é só o espaço e a compra de mobiliário. É a compra de cacifos para os seus equipamentos e, eventualmente, a compra de um novo armeiro, que este estava bastante deteriorado. Discutimos outras questões que são porventura tão ou mais importantes para os polícias, nomeadamente a possibilidade da Câmara por si só, e independentemente da legislação nacional, poder ter iniciativas que melhorem a qualidade de vida destes profissionais. Quanto ao senhor Ricardo Serra, que colocou uma questão parecida com a da senhora Rita Rodrigues. Aquilo que pedia era exatamente o mesmo que deixasse ficar o seu contacto pessoal para poder avaliar a situação pessoalmente e dar lhe uma resposta. Em relação ao senhor munícipe André Pereira, desconhece a Quinta do Morgado, não conhecia o projeto que ainda não arrancou. Tenho de cumprir as leis como todo cidadão, mas olhar para este empreendimento considero um completo absurdo e uma enorme agressão àquilo que é a paisagem urbana e ao bom senso. Portanto, tudo farei junto do urbanismo da Câmara para que olhe para esse projeto com todo o rigor, porque aquilo que ali está é uma concentração absolutamente absurda. Além de que me falam, e eu recordo-me que esteve previsto no passado, para construir um equipamento municipal. Não foi construído por causa de uma ribeira que lá passava e, portanto, qualquer construção para efeito de habitação tem que também respeitar os afastamentos necessários, nomeadamente agora nesta época em que vivemos, mais do que nunca, temos de ser rigorosos em relação a estas matérias. Respeitar as questões que têm a ver com os regulamentos e com as leis ambientais que condicionam esse tipo de construção. Da minha parte, olhar para aquilo, eu diria logo eu não quero que isto se faça. Eu tenho de cumprir leis. Mas, no entanto, também tenho muitas dúvidas que aquele desenho que eu vi há pouco cumpra essas mesmas leis. Portanto, o que eu irei é averiguar com rigor esse projeto. Em relação à intervenção de Rodrigo Durana, que já tinha sido abordado também por outro munícipe, uma nota breve sobre Marés Vivas. Em campanha eleitoral, disse que gostaria que as marés vivas se realizassem no interior do concelho, que fossem uma âncora de visibilidade para o interior do concelho. Parece que já caíram as vivas e só ficaram as marés. Contudo, há 12 anos era o quarto do ranking nacional. O ISCTE faz um estudo anual desse ranking. Agora já estava no décimo lugar, perdeu qualidade ano a ano. Por outro lado, ele não é bom ou mau por se realizar na Madalena ou no Olival. É bom ou mau pelas condições do recinto onde se realiza, e obviamente pelo elenco que é contratualizado para atuar e, portanto, se neste momento a Câmara Municipal tivesse financiamento para contratar o Jet7 dos grandes artistas internacionais, certamente teríamos 500.000 pessoas e só para aí 100.000 iriam para Matosinhos. Até ficamos satisfeitos que o de Matosinhos seja aberto para um gaiense assumido que mora em Gaia, aliás, vai dar um grande concerto daqui a uns dias no auditório de Gaia, que é o nosso amigo maestro

Rui Massena. Gaia já está presente no Festival de Matosinhos, através do maestro Rui Massena. Contudo, na hora própria, vamos mostrar qual é o projeto de animação já este ano para todo o concelho, com um projeto que terá a animação na cidade que terá a admissão na Costa do Mar. Que terá a animação em várias freguesias através de uma outra moldada organização das festas populares. Mas ainda não está sequer excluída a possibilidade, ainda este ano de um Festival do Interior também se vir a realizar. ----------

Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, a senhora Vereadora Elizabete Cristina Cardoso da Silva, na sua intervenção, em relação à questão que foi colocada pelo munícipe André Tavares, que questionou sobre o *"GOP DesConecta"* foi de facto o vencedor de 2025, portanto está de parabéns a vários outros vencedores de 2025 que também têm projetos a aguardar desenvolvimentos. Encontramos neste executivo projetos GOP que estavam por implementar e que tinham sido vencedores em 2023. Portanto, há aqui efetivamente algum atraso no planeamento do desenvolvimento destes projetos, pelo que oportunamente, este também terá lugar no planeamento das atividades da Equipa da Juventude. Quanto à questão do parque de skates, aconteceram duas coisas que nos ultrapassam. A primeira coisa foi que o Ministério Público nos inquiriu sobre a ilegalidade da construção. O Ministério Público inquiriu nos sobre a legalidade da construção e nós tivemos de averiguar sobre essa mesma legalidade e suspendeu a provisoriamente. Pior que isso, logo a seguir, a APA, que havia dado um parecer ambíguo inicialmente, acabou por vir dar um parecer que não é ambíguo, que cerceava quase a metade aquilo que era a concessão do parque. Entre outras coisas, por exemplo, retirava todos os candeeiros, não permitindo a sua utilização noturna, como estava previsto inicialmente, obrigava a que determinados tipos de pavimentos fossem alterados determinados tipos de materiais fossem radicalmente alterados, adulterando completamente o parque e reduzindo-o a quase nada. Daí que, perante a situação do Ministério Público, suscitar uma questão de violação do Plano Diretor Municipal e da APA, suscitar, amputar o parque daquilo que era a sua boa conceção. Aquilo que nós decidimos foi conversar com o construtor e vamos colocar o parque aqui numa outra freguesia da cidade, tal qual estava previsto inicialmente, com todos os itens que estão no projeto e não metade do parque. Queremos um parque inteiro. Vai haver o parque de skate em Gaia num sítio correto que vamos, que estamos neste momento a escolher entre duas ou três possibilidades. Ali foi porque as autoridades que transcendem a decisão municipal impediram que se concretizasse o projeto ali. ----------

Ponto 2 - Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, disse, termos 60 minutos destinados a este período. Vamos seguir os tempos conforme foram acordados na última reunião do dia 16 de janeiro com o nosso presidente. E começamos pela leitura e aprovação das cinco propostas de recomendação um voto de saudação e um voto de pesar. E passaremos depois à intervenção que os senhores deputados entenderem fazer no final, no tempo remanescente. Começaríamos então, pela primeira proposta de recomendação. Como sabem, segue a ordem inversa, a ordem de votação. ----------

Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE) começou por focar que Portugal tem sido assolado por tempestades e cheias nas últimas semanas. Têm sido tempos muito duros e esta primeira nota é para as vítimas destas tempestades, mas também para aquelas pessoas que perderam tudo pela qual lutaram da sua vida. Vila Nova de Gaia não foi e não ficou imune a estas tempestades e também sofreu impactos, o rio Febros também provocou uma série de inundações e alguns cidadãos ficaram presos e retidos temporariamente nas suas casas. Estes fenómenos não são epifenómenos, ou seja, não vão ocorrer uma única vez. Estes fenómenos climatéricos têm sido cada vez mais recorrentes e os seus impactos têm sido cada vez maiores e por isso, urge estarmos preparados para fazer face a esses novos desafios. De seguida apresentou

uma **Proposta de Recomendação**, "Identificação de infraestruturas críticas, sensibilização e distribuição de kits de emergência", conforme documento em anexo (**vide anexo 3**). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Proposta de Recomendação, "Identificação de infraestruturas críticas, sensibilização e distribuição de kits de emergência", apresentada pelo Deputado Único do LIVRE. ----------

Votação: Rejeitada por Maioria, com 33 votos contra (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 24 a favor (22 do PS, 01 da CDU e 01 do LIVRE). ----------

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) a CDU não podia deixar de usar este momento para solidarizar-se e reconhecer publicamente o trabalho de quantos têm estado no terreno durante as cheias que tem afetado o nosso concelho. Aos trabalhos da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, aos Bombeiros Voluntários de Sapadores, às Forças de Segurança que diariamente dão sinais de profissionalismo e sentido de sentido de serviço público em condições muito exigentes. A população das zonas atingidas pela subida do leito do rio Douro e dos seus afluentes voltam a deparar-se com consequências graves para as suas vidas. A todos eles o nosso respeito e a nossa solidariedade, naturalmente extensível aos seus congéneres de todas as regiões do país, afetadas pelas intempéries dos últimos dias. De seguida, apresentou uma **Proposta de Recomendação** "Pela Discussão do Regulamento Municipal para o Arrendamento de Habitações Sociais", conforme documento em anexo (**vide anexo 4**). ----------

Senhora Deputada Ângela Eugénia Ferreira de Pinho (PSD) disse que relativamente à primeira parte é evidente que estamos todos de acordo relativamente à situação que o país está a atravessar. Quanto à Recomendação relativamente à habitação social, o Grupo Municipal do PSD rejeita esta por ser extemporânea, pois, a Câmara Municipal de Gaia tem já um processo de revisão profundo do Regulamento Municipal de Arrendamento de Habitação. Esta revisão é fundamental para elaborar um regulamento com critérios claros que garantam a justiça, a transparência e a igualdade no acesso a este direito básico, evitando situações de tratamento desigual. A Recomendação hoje apresentada é mais um manifesto partidário que não alinha ideias concretas para a questão e centra o problema em matérias que podem gerar ineficiência. A Câmara Municipal de Gaia está a trabalhar num regulamento que pretende definir com rigor quem tem direito ao arrendamento apoiado com base em necessidades reais, sustentado em rendimentos baixos e condições de habitabilidade, de forma a incorporar modificações aos critérios de classificação, retificando inclusive algumas cláusulas que promoviam a iniquidade e favoreciam situações limite, reformulando o arrendamento apoiado, acautelando ainda as situações de emergência social e melhoria das situações de alojamento temporário. E é assente nesta premissa que a Câmara Municipal está a trabalhar. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Proposta de Recomendação, "Pela Discussão do Regulamento Municipal para o Arrendamento de Habitações Sociais", apresentada pelo Deputado Único da CDU. ----------

Votação: Rejeitada por Maioria, com 33 votos contra (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 24 a favor (22 do PS, 01 da CDU e 01 do LIVRE). ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) apresentou uma Proposta de Recomendação "Programa Municipal de Multiliteracias para a Cidadania Ativa", para a criação de um programa de literacia financeira, digital e cívica que promova o ensino da aquisição de conceitos básicos como impostos, crédito,

risco, funcionamento das organizações democráticas, segurança online, etc. Este programa tem a vantagem de ser um programa muito flexível, que não exige uma grande estrutura do Estado nem da Câmara e que tem naturalmente e consequentemente, custos mais baixos. Os resultados creio que são evidentes à vista de todos. Vamos criar cidadãos mais bem preparados para a sociedade digital e para os seus desafios, conforme documentos em anexo (**vide anexo 5**). ----------

Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE) disse que o LIVRE se irá abster nesta proposta, porque numa só página, leu pelo menos 4 vezes, referências à literacia financeira, literacia do ponto de vista da fiscalidade e afins. Não que nós nos opomos a isso, muito pelo contrário, nós defendemos muito a mais literacia, mas tem de incluir muitos mais vetores de análise que esta proposta não tem. Tem, a premissa subjacente de que são as más escolhas dos indivíduos que os tornam pobres, não se referindo às circunstâncias desses mesmos indivíduos. Para terminar, funcionam na base de que basta mudar certos hábitos para as pessoas singrarem na vida. É um princípio com o qual não concordamos e por isso mesmo, vamo-nos abster nesta proposta, defendendo sempre mais literacia. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) disse, muito sucintamente, que o Grupo Municipal do PS irá estar contra esta proposta por duas razões simples A primeira razão, no essencial, aquilo que ela transmite é muito escasso. Temos aqui alguns princípios gerais sobre literacia financeira e uma ou outra coisa sobre a sociedade digital. Se calhar era muito mais importante falarmos sobre radicalização, por exemplo, sobre o sentido de comunidade. O importante é aquilo que, muito genericamente, refere a IL no seu programa (que é uma proposta, ainda que acho que não tem a consistência suficiente para ser trazida à Assembleia Municipal) está vertido no Programa de Literacia da disciplina de Cidadania e Educação Cívica. Portanto, já faz parte do programa nacional e não conseguimos perceber exatamente qual é o objetivo. O que é que diferencia esta proposta daquilo que já existe neste momento e, portanto, perante essa incapacidade de explicar, talvez tenha sido esta questão que o senhor deputado agora referiu de isto não vai ter grandes custos do Estado, será assim uma coisa montada por privados, portanto, já assenta numa lógica menos pública daquilo que gostaria. ----------

Senhora Deputada Inês Sofia Oliveira Alves (IL) disse, sobre a proposta da IL e, dizer a todos os presentes nesta sala e em casa que, de facto, se existisse literacia financeira naquilo que são as propostas e os programas educacionais neste preciso momento, e também há uns anos, não haveriam propostas como a do LIVRE hoje. Porque se soubermos o número de cidadãos que existem em Vila Nova de Gaia, se multiplicarmos o número desses cidadãos pelo valor do kit, percebemos que gastamos milhões a fazer kits, quando de facto esses kits e esse tipo de aposta poderá ser feita com a intervenção da Proteção Civil de forma preventiva, que é aquilo que algumas freguesias têm feito ultimamente. Por isso, não vamos falar de literacia financeira com o LIVRE. Segundo ponto, de facto, o PS não tem noção daquilo que é o programa-que atualmente existe nas escolas, porque a literacia financeira é opcional. Se soubesse isso, talvez não tivesse feito o que está a fazer agora, ou seja, ideologia de género. Aquilo que aconteceu esta semana demonstra exatamente aquilo que nós temos de fazer. E a formação que temos de dar aos nossos jovens. Não podemos continuar a ter a melhor geração de sempre, liderada pelas pessoas que não têm essa formação. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Proposta de Recomendação, "Programa Municipal de Multiliteracias para a Cidadania Ativa", apresentada pelo Grupo Municipal da IL. -

Votação: Aprovado por Maioria, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 23 votos contra (22 do PS e 01 da CDU) e 01 abstenção do LIVRE. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) apresentou uma Proposta de Recomendação "Segregação do Canal Metroviário na Avenida da República", creio que o título desta proposta é autoexplicativo. Segregar o canal metroviário é uma questão de segurança. Irá evitar ou diminuir os atropelamentos e a evasão de veículos externos ao metro do seu canal e irá, consequentemente, provocar uma maior operação do metro. E por isso pedimos o vosso apoio para aprovar esta recomendação, conforme documentos em anexo (**vide anexo 6**). ----------

Senhora Deputada Ângela Eugénia Ferreira de Pinho (PSD) É óbvio que a bancada municipal do PSD acha pertinente e partilho as preocupações da IL relativamente à segurança dos peões e mitigação de acidentes e danos nesta avenida. Contudo, como pede uma retificação, se fosse possível uma alteração a esta recomendação, uma vez que recai sobre a Câmara Municipal o ónus da mudança. E nós pedimos para alterar o primeiro parágrafo, dizendo recomendar que a Câmara Municipal exerça influência sobre a empresa Metro do Porto para que a mesma defina medidas de proteção, como por exemplo, barreiras arquitetónicas necessárias para a segregação do canal metroviário e garanta a segurança de quem circula. Em última instância, recorra ao Instituto de Mobilidade de Transportes, que é aquele que tem a competência para definir as normas de segurança e até a fazer também todo o tipo de provisionamento às empresas concessionárias nesta área. Portanto, a Câmara é apenas intermediária. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, referiu haver uma interpelação direta ao grupo da Iniciativa Liberal que, com esta resposta, aceita a proposta e, portanto, vai alterar a proposta, conforme está deixando de ser uma recomendação à Câmara, passando a ser uma recomendação para que a Câmara exerça o poder de influência. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes na sua intervenção, concorda com a proposta da Iniciativa Liberal. O problema só da redação a dizer porque fazer aconselhar a Câmara a fazer todo o seu esforço para junto de quem tem a responsabilidade da tutela do canal, seguir em diálogo com a Câmara, o desenvolvimento de um projeto que permita até ver essas guardas com respeito das questões estéticas e funcionais da Avenida. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, referiu que a moção foi alterada no primeiro parágrafo. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a **Proposta de Recomendação,** "Segregação do Canal Metroviário na Avenida da República", apresentada pelo Grupo Municipal da IL. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 do LIVRE) 01 voto contra da CDU e 22 abstenções do PS. ----------

Declaração de Voto do Deputado Único da CDU conforme documentos em anexo (**vide anexo 7**). ----------

Senhor Deputado Diogo Filipe Prada da Silva (PS) apresentou uma **Proposta de Recomendação** "Por reuniões da Câmara Municipal públicas e transmitidas online". A transparência no exercício do poder local não é apenas um princípio abstrato, a condição fundamental para a sua democracia. Enquanto a nossa Assembleia Municipal avançou recentemente para a transmissão online, as reuniões da Câmara Municipal continuam a apresentar algumas barreiras de acessibilidade à Câmara Municipal. Toma decisões que afetam o quotidiano de todos os cidadãos de Vila Nova de Gaia. É natural e desejável que estes possam acompanhar

todas as deliberações sem limitação de qualquer lugar ou momento. Com este acesso mais direto e descomplicado à informação pública do nosso município, a transmissão online não substitui naturalmente a presença física, que também deve ser garantida pela realização pública de todas estas sessões do órgão do órgão autárquico, mas complementa, ampliando o universo de cidadãos que podem exercer o seu direito de escrutínio sobre a governação local. O PS apresenta nesta Assembleia Municipal esta Recomendação, procurando recolher um consenso partidário mais alargado, reconhecendo que existem aqui outras forças partidárias que se revêm nesta proposta, conforme documento em anexo **(vide anexo 8).** ----------

Senhor Deputado Rúben David da Silva Pinto (PSD) aborda esta proposta do PS, citando uma frase que consta no preâmbulo da mesma e passo a citar "A transparência do exercício do poder local não é apenas um princípio abstrato, é uma condição fundamental para a sua democracia". A primeira questão ao senhor deputado do PS, em que gaveta guardaram durante os últimos 12 anos, a transparência no exercício do poder local. Tem de recordar que governaram a Câmara Municipal de Gaia nos últimos 12 anos e em que nunca avançaram com nenhuma medida semelhante. Segundo, tem de lembrar também que iniciaram a transmissão das assembleias municipais online e passado pouco tempo suspenderam porque assim apeteceu e foi de conveniência da maioria socialista. Se hoje a transmissão das Assembleias Municipais online é graças a este executivo que assim o decidiu, em nada o PS contribuiu para isto. E ainda sobre a matéria da transmissão das assembleias, posso dar mais um exemplo do que é o PS, há dias atrás, na última Assembleia de Freguesia de Pedroso, em 30 de Dezembro, o PSD fez uma proposta de alteração ao Regimento e consequente uma proposta de recomendação para a transmissão das Assembleias de Freguesia online, como fazia parte do nosso programa eleitoral, para espanto de todos, foi reprovada pela maioria do Partido Socialista com uma manifesta indicação por parte do executivo dessa Junta de Freguesia. Confessa estar bastante curioso para perceber qual vai ser o sentido de voto do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedroso. Relativamente a esta proposta e com mais um exemplo do exercício do poder autárquico por parte do PS em Gaia, deixa a questão ao senhor deputado, mas afinal qual é o PS que temos em Gaia? Um PS da transparência, do exercício do poder local ou do princípio do abstrato por conveniência? Para terminar, recorda que o PS, em reunião de Câmara no dia 10 de novembro, votou favoravelmente o Regimento das reuniões de Câmara, que previa reuniões públicas e reuniões privadas e a respetiva frequência, sem qualquer menção à possibilidade de transmissão online das mesmas. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) relativamente ao assunto em questão, senhor deputado Diogo Silva não estava cá na última Assembleia Municipal, mas eu estava e, portanto, já esperava obviamente que o senhor deputado ou algum dos senhores deputados fosse usar esse argumento. Se bem se recorda, a possibilidade de nós termos assembleias municipais transmitidas online, foi conseguida e com razão, apoio que por uma iniciativa legislativa da IL na Assembleia da República, ajudou a ultrapassar uma dúvida legal que havia sobre a possibilidade de transmissão legal das assembleias municipais, nomeadamente pela questão da proteção de dados dos cidadãos que estavam presentes na Assembleia e que não eram eleitos. Esta questão não é igual e explico porquê. Em primeiro lugar porque assembleias municipais são todas públicas e todos os cidadãos podem participar nelas e quando se fala de transmissão, fala-se apenas de alargar essa possibilidade a quem não se pode fisicamente deslocar. Outra coisa é a realização à porta fechada das reuniões de Vereação, porque as reuniões, se forem públicas, mesmo que não sejam transmitidas, permitem que os cidadãos se desloquem e possam tomar conhecimento dos assuntos do Executivo. Ao contrário do que o PS fez durante 12 anos, que praticamente todas as reuniões, se é que não foram todas, foram publicas e, portanto, escrutinadas pelos cidadãos. Aquilo que tem sido prática na Câmara Municipal de Gaia é precisamente fazer a maioria das reuniões de câmara à porta fechada e, portanto, não se possibilita nem a transmissão nem fisicamente aos cidadãos escrutinarem esse trabalho. Aquilo que o senhor

Deputado invoca, que é a aprovação do regulamento, é em si um argumento falacioso, não pode achar ou presumir que uma coisa é o partido entender que pode haver assuntos que, pela sua natureza, pela sua sensibilidade, devam ser tratados à porta fechada, como é normal em qualquer órgão executivo, outra coisa é fazer isso por sistema e, portanto, perante uma alteração da postura do executivo municipal, que é o de sistematicamente esconder dos cidadãos de Vila Nova de Gaia o processo de tomada de decisão e discussão na Câmara Municipal. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) senhores deputados do PS, vejo e noto que os senhores têm uma opinião na oposição e têm outra opinião quando estão no governo. Uma coisa é transparência, outra coisa é voyeurismo. E acho que é aquilo que vocês querem é voyeurismo, por alguma razão, todos os órgãos executivos, ou a maior parte deles, têm reuniões privadas. Há assuntos na Câmara Municipal que exigem alguma privacidade, se fossem apenas transmitidas as reuniões públicas, talvez, agora como está escrita, esta proposta não tem cabeça e é impossível aprovar. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes as reuniões públicas serem transmitidas, poderiam ser como são estas sessões e inclusivamente dado que estas matérias não podem ser tratadas de ânimo leve. Respeito a posição, nomeadamente, do partido a que pertenço, de ter reservas neste momento a esta matéria. Pessoalmente, irá refletir sobre isto nos próximos tempos. Mas desde já faz um desafio se os senhores representantes do PS, de hoje assumirem aqui que a partir de agora, as sessões públicas das assembleias de freguesia, as assembleias das reuniões de executivos de maioria socialista passarem a ser transmitidas, nós também transmitiremos as nossas. Podem reunir e consultar os vossos colegas. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) o senhor presidente, foi autarca provavelmente quase mais tempo do que eu. Sou adulto e parece que não sabe que a diferença entre a Câmara Municipal e a Assembleia de Freguesia é que a Câmara Municipal, pelo tipo de órgão que é, constitui-se pelos vereadores da oposição e pelos vereadores do poder. E, portanto, a discussão não é uma discussão interna sobre a organização dos trabalhos do Executivo, mas é uma discussão em que há também contrapoder. E é por essa razão, por essa contraposição, que é importante que se saiba como é que se toma, como é que se tomam essas decisões. E, portanto, o Sr. Presidente confunde órgãos que têm naturezas e orgânicas distintas, sei que é mais fácil esconderem-se atrás da demagogia, mas há limites. Os órgãos têm naturezas diferentes, organizações diferentes e objetivos diferentes. É uma questão que podemos aclarar se os partidos na Assembleia da República quiserem alterar a lei das autarquias locais, não estamos a discutir isso. Se o senhor Presidente quiser dizer sobre as assembleias de Freguesia, o senhor Presidente, mesmo quando o PS foi contra, eu fui a favor dessa transmissão, portanto estou à vontade. Façamos lá assembleias de freguesia. Agora a questão não é essa. A questão não é de princípio, é de legalidade. A questão é que vamos perceber o que é que estamos a discutir com seriedade nas reuniões do executivo da Câmara Municipal. Há um debate político aos quais os cidadãos devem ter acesso. Não é a mesma coisa que uma reunião do Executivo fechado. Por isso é que o exemplo comparado com o Conselho de Ministros é um exemplo espatafúrdio. Aquilo que estão a revelar aqui é que têm medo do escrutínio. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes a Lei das Autarquias assumiu uma reunião pública e uma reunião privada. Tinha uma intenção de haver uma reunião pública em que o público pudesse participar e pudesse observar as reuniões de câmara e uma reunião privada, e por isso fez esse equilíbrio. Foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República com o voto do PS e, portanto, agora os senhores querem impor aqui uma regra de exceção em relação àquilo que é um regulamento nacional, os senhores permitam a transmissão nas vossas freguesias porque o poder tem vários escalões. Aquilo que se

discute nas freguesias é obviamente muito importante para os fregueses, para as pessoas nas freguesias. Portanto, lança aqui esse desafio, sem prejuízo. Porque é que durante 12 anos não transmitiram as assembleias municipais que nós estamos a falar para o povo? Expliquem os senhores, ainda não explicaram aqui ao povo que nos está a ver. Os senhores ainda não explicaram ao povo porque é que durante 12 anos não deixaram transmitir as assembleias municipais. Mas que eu deixo na mesma o desafio até podemos começar por Pedroso já Pedroso deixar de transmitir as sessões de Pedroso e depois nós aqui poderemos também aprovar essa questão nas nossas reuniões de câmara. Porque não? ----------

Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) para fazer uma declaração de voto, o Grupo Municipal do CH vai votar a favor desta moção, porque somos sempre defensores da transparência. Aqui fica a pergunta porque é que não foi no anterior mandato que vocês tinham maioria absoluta? Portanto, isso fica aqui. A questão também fica no ar e que também ainda não foi respondida. Por outro lado, existem também questões sensíveis que são tratadas na reunião da Câmara. Isso tem de ser salvaguardado. Somos a favor, mas há algumas coisas que têm de ser salvaguardadas. Relativamente às Juntas de Freguesia, vamos ver se existe a mesma abertura para o mesmo. ----------

Defesa da Honra do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedroso, Joaquim António Dias Tavares na sua intervenção, foi aqui dito pelo senhor Deputado Ruben, e também percebeu que o Executivo quase condicionou a votação na Assembleia de Freguesia. Foi dito que condicionou, temos áudio na freguesia e sabemos e as reuniões são públicas, o acesso é livre, e qualquer pessoa pode ter acesso a ouvir o áudio das gravações das assembleias. O Executivo não condiciona a posição dos deputados., alerta para algumas dificuldades de implementação e foi aquilo que fez aquando dessas situações. Das situações que poderão ocorrer à posteriori e em função depois da divulgação pública e da tomada de posição de diversos tipos de pessoas e de entidades que muitas vezes ouvem e depois tomam as posições que pretendem. Da minha parte, mal vai a democracia quando um executivo compromete um conjunto de deputados. Os deputados da Junta de Freguesia são autónomos e tomam as posições que entenderem. ----------

Senhor Deputado Rúben David da Silva Pinto (PSD) o que foi dito aqui pelo senhor Presidente da Junta de Pedroso não corresponde à verdade. Em momento algum, mencionou aqui que o Executivo condicionou a opinião dos deputados. Se quiser, entrego aqui a minha declaração escrita que você pode ver o que foi dito e em momento algum o fiz. É para repor aqui a verdade na Assembleia de Freguesia de Pedroso O senhor não mencionou problemas técnicos. Aliás, relembro que a primeira vez que falámos esta proposta foi ao abrigo do estatuto de oposição, bastante tempo de antecedência da Assembleia de Freguesia e questionei até posteriormente, por email, a disponibilidade do Executivo de adotar as nossas propostas: zero de respostas. Reitero e pode estar descansado de uma coisa. Na próxima Assembleia de Freguesia levaremos outra vez a proposta. Esperemos que até lá, que seja uma medida que adotem e que aceitem o desafio lançado pelo senhor Presidente da Câmara de aceitar a proposta de transmissão da Assembleia de Freguesia online. ----------

Ponto de Ordem à Mesa do Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) relativamente a este ponto, estava a dizer que obviamente o senhor Presidente Joaquim Tavares estava a ter o direito de defesa da honra. Portanto, esse tempo não deve ser contabilizado no tempo de intervenção do Partido Socialista, porque ele foi diretamente visado. ----------

Defesa da Honra do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedroso, Joaquim António Dias Tavares na sua intervenção, o senhor Deputado disse que a Junta de Freguesia ou o Executivo o condicionou, foi por isso que vim aqui defender a honra. Porque disse isso aqui, certo? ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a **Proposta de Recomendação,** "Por reuniões da Câmara Municipal públicas e transmitidas online", apresentada pelo Grupo Municipal do PS. ----------

Votação: Rejeitado por Maioria, com 29 votos contra (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 28 votos a favor (22 do PS, 04 do CH, 01 da CDU e 01 do LIVRE). ----------

Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Canelas, Ana Luísa de Oliveira Ferreira apresentou um **Voto de Saudação** "100 anos da Associação Desportiva e Cultural de Santa Isabel", conforme documento em anexo **(vide anexo 9).** ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o **Voto de Saudação** pelos "100 anos da Associação Desportiva e Cultural de Santa Isabel", apresentado pelo Grupo Municipal do PS. --

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha, (PSD) apresentou um **Voto de Pesar** "pelo falecimento de Manuel Rodrigues da Silva", conforme documento em anexo **(vide anexo 10).** ----------

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, (IL) uma breve nota. Era tradição, no anterior mandato, sempre que naturalmente, havia a apresentação de um voto, de pesar, haver um minuto de silêncio aqui por todos os elementos da Assembleia Municipal que, caso assim o entendessem, teria todo o gosto também em fazer pelo Manuel Luís da Silva. Acho que seria merecido. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Voto de Pesar "pelo falecimento de Manuel Rodrigues da Silva", apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, procedeu a um minuto de silêncio. ----------

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Olival, António Arlindo Monteiro Pinto na sua intervenção, apresentou um PowerPoint, demonstrativo do que recebeu do anterior executivo da Junta de Freguesia de Olival, com um desequilíbrio gritante na distribuição de funcionários. Olival, ficou no total com 11 pessoas, resultando num desequilíbrio financeiro superior a 6.000 € por mês., um desequilíbrio total até no planeamento que levou aquilo a que chegamos. Outra irresponsabilidade, o abandono a que foi deitado o Auditório do Olival, em dez anos a obra mais visível foi a ampliação do centro de Saúde, que também está neste auditório. Em dez anos, a obra mais visível foi essa, e mesmo essa, com a água a cair em cascata sobre tetos de pladur recém-colocados. Na Segurança Social, as pessoas aguardavam o atendimento de guarda-chuva aberto. Isto não é uma metáfora, é a realidade. Tentaram passar a imagem que herdámos, contas certas, mas o que herdamos foram problemas escondidos, decisões adiadas e manutenção ignorada. Herdámos as consequências e não as soluções. Temos, ao que parece, nas contas e não o que parece, mas pesa na vida das pessoas, conforme o PowerPoint que passou durante a intervenção. ----------

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gulpilhares, Alfredo José Ribeiro da Rocha, na sua intervenção, fez uma exposição, referindo que tendo esta Assembleia Municipal a responsabilidade de fiscalizar, questionar e exigir transparência, ter a coragem de trazer a público uma situação grave, herdada em milhares. A falta de

aplicação do SIADAP aos trabalhadores durante vários ciclos de avaliação. Este processo poderá causar um grande impacto económico e financeiro na gestão do mandato. Estamos a falar do incumprimento de um instrumento legal obrigatório, criado para garantir o mérito, justiça e eficiência na administração pública. Como sabem, os trabalhadores ficam impedidos de ter qualquer progressão na carreira. Estamos a falar de pessoas que trabalham anos ao serviço da comunidade e hoje vêm sobrecusto de carreiras incompleto, desatualizado e incorreto. Isto não é um detalhe técnico, é uma avaliação. É uma violação dos direitos. Afeta salários, reformas, pensões, subsídios e a própria segurança social futura destes trabalhadores. É inaceitável que uma autarquia permita que erros administrativos ou omissões políticas prejudiquem, diretamente a vida pessoal e familiar de quem sempre cumpriu o seu dever. O resultado está à vista, trabalhadores com carreiras bloqueadas, serviços fragilizados e uma administração local afastada dos princípios da governação. Mais trabalhadores que avançam por processos judiciais com pedidos de indemnização com mais de 30.000 €. Outros ainda que aguardam a regularização do processo com a reposição dos tempos de serviço, alguns inclusive com afetação a mais de 25 anos de carreira, convém dizê-lo com clareza. E que fique claro mesmo que hipoteca o nosso mandato. Acima de tudo, é uma questão de direitos. A valorização dos trabalhadores começa pelo cumprimento da lei. É uma autarquia que não respeita os seus próprios trabalhadores, perde a autoridade moral para exigir seja o que for e muito menos aos cidadãos. Esta Assembleia deve questionar, acompanhar e exigir resultados. É isso que esperamos Escrutínio, exigência e responsabilidade política, conforme documento em anexo **(vide anexo 11).** ----------

Ponto 3 - Período da Ordem do Dia.

3.1. "Discussão e Votação da Ata nº 3 de 09 de dezembro de 2025". ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício submeteu a votação a Ata nº 3 de 09 de dezembro de 2025. ----------

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os(as) Srs.(as) Deputados(as): Ricardo Filipe Mesquita Sequeira, José Alberto Pereira Mota da Costa, Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes, Manuel Joaquim Freitas dos Santos, Marta Filipa Carvalho Moreira da Silva, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira e Hugo Miguel Leite Tavares. ----------

3.2. Eleição do Presidente de Junta de Freguesia ao Conselho Municipal de Educação. ----------

Foi apresentada 01 Lista, denominada Lista A, tendo sido aprovada com 32 votos a favor, 01 votos contra, 24 votos brancos e 00 voto nulo. Foi, pois, eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gulpilhares, Alfredo José Ribeiro da Rocha. ----------

3.3. da Ordem de Trabalhos **"Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Saldo de Gerência do Ano 2025, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro".** ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) relativamente a este ponto, sobre o saldo de gerência, algumas notas são relevantes, especialmente atendendo ao debate que nós temos tido continuamente desde o início deste mandato, sobre a situação financeira do município. Tivemos aqui um

confronto, duas visões diferentes sobre a situação financeira do município, sobre a necessidade, eventualmente de alguma contenção da Câmara Municipal. Mas verdadeiramente somos confrontados com este saldo de gerência e só podemos dizer que, de facto, a situação financeira do município é invejável. Ora bem, do saldo de gerência nós temos cerca de 92 milhões € que transitam do ano passado para este ano, sendo que desses 92 milhões € esses dois 92 milhões € comparam com 41,5 do ano anterior. Portanto, podemos dizer que mesmo em ano de eleições autárquicas, ao contrário do que seria normal, a contenção do PS permitiu que este que este executivo herdasse uma boa situação financeira, aliás, bem capaz agora de realizar algum investimento extraordinário que provavelmente até não estariam a esperar. Mas pode-se dizer também que, dentro disto, a receita líquida é aquilo que é mais importante sobre a possibilidade de despesa que aumenta de 3 milhões de € em 2004 para 37 milhões de € em 2025. Ora bem, eu acho que este saldo de gerência desmente aquela que tem sido a narrativa do executivo municipal até ao momento. Aliás, não se compreende, até porque, aliás, como nós fomos alertando que este que esta coisa que aqui nos é apresentada e que inclui, por exemplo, ou podemos dizer, por exemplo, para só para 2026 temos previstos cerca de 70 milhões € de fundos comunitários, nomeadamente o PRR do PT 20-30 e, portanto, que não havia justificação alguma, não só para a narrativa que foi montada pelo executivo municipal, mas sobretudo para se cortar, por exemplo, 25% do financiamento aos clubes do concelho de Vila Nova de Gaia. Terminar com o programa dos passes de Andante para os mais de 65 anos. Suspender que agora, felizmente, graças ao alerta do PS, parece que já foi retomado. O programa Gaia Cuidador ou a proposta de aumentar o IRS que foi inicialmente proposta pelo executivo municipal. Ou ainda não ter ido mais longe no IMI, com a possibilidade de se diminuir o IMI, tal como era proposta do Partido Socialista. E portanto, chegamos a este momento em que, de facto, perante a evidência dos factos que é esta que são os números apresentados pelo Executivo do Município, se pergunta porque é que andámos durante este tempo a discutir esse tal descalabro financeiro, essa irresponsabilidade que os senhores membros do Executivo foram falando durante estes últimos meses? Porque, de facto, eu acho que poucos serão os municípios capazes de atrair para um ano 70 milhões € de fundos comunitários ou capazes de passar aqui para um saldo de gerência na ordem dos quase 40 milhões €. Aliás, hoje aqui não está presente, infelizmente, o senhor deputado do CDS, Luís Nogueira, que tantas vezes veio aqui falar sobre o lucro da Câmara Municipal e por acaso gostava que estivesse presente hoje para ver de facto a grande vantagem financeira de que vai beneficiar o executivo atual. Portanto, isto para dizer que, sucintamente, de facto, nós podemos, no âmbito da criatividade, do discurso, do discurso público, tentar levar os nossos cidadãos para a mensagem que nos é mais conveniente. Mas perante a evidência dos factos, é difícil desmentir a realidade que aqui temos. E, portanto, o PSD é. Quer dizer, agora temos uma coligação alargada, não é? O PSD, o CDS, a IL e o CH. Aliás, como eu já tinha referido previamente nesta Assembleia, fui desmentido na altura. Esta coligação alargada à direita não tem razão absolutamente nenhuma para não cumprir os compromissos com os quais se comprometeu na campanha eleitoral para com os cidadãos gaienses. Nós estaremos aqui vigilantes para ter a certeza de que esses compromissos são, de facto. São de facto cumpridos, porque realmente, perante a evidência destes factos, não há mesmo desculpas ----------

Com a devida autorização Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o senhor Vereador Fernando Machado na sua intervenção, quanto ao Saldo de Gerência 2025, no montante de aproximadamente 91 milhões €. Deve ser analisado com frontalidade política e rigor técnico. O número desta dimensão pode, à primeira vista, parecer confortável, conforme acabaram agora de afirmar o senhor deputado do Partido Socialista. Mas a responsabilidade desta Assembleia é ir além da superfície dos números. Nós não podemos misturar contabilidade patrimonial com tesouraria. Temos de acabar com este erro de gestão na Câmara Municipal de Gaia, que se arrastava há muitos anos. O que nós estamos aqui a analisar é apenas o resultado da tesouraria da Câmara Municipal e não tem nada que ver com os cerca de 130 milhões € de dívida que nós herdamos. Foram muito claros e dos cerca de 150 milhões de créditos bancários que esta Câmara

Municipal de Gaia tem. Isto é contabilidade patrimonial. E não vamos misturar com o que estamos aqui a falar hoje tesouraria E agora vamo-nos debruçar na tesouraria. Desde logo, importa esclarecer que 54 milhões € destes 91 correspondem a cabimento subtraídos de pagamentos. Ou seja, significa que estamos perante despesas previstas que não foram pagas no exercício anterior. No exercício respetivo. Não se trata de disponibilidade financeira líquida, mas sim de execução adiada, que era a característica do Executivo anterior. Acresce 31 milhões. Senhor Presidente, eu gostava de poder continuar. Acresce 31 milhões € terem sido necessários para financiar despesa corrente. Estamos a falar de encargos estruturais 2,9 milhões € em encargos com instalações, cerca de 4 milhões € em refeições em manuais escolares, 4 milhões € em manutenção de viaturas, edifícios e espaços verdes, verbas significativas na Acão Social e na atividade cultural. No plano das políticas públicas, o saldo foi canalizado para áreas essenciais Habitação, Acão Social, Educação e Associativismo. Estas áreas representam necessidades estruturais do concelho. A questão que se impõe é evidente se estas prioridades eram conhecidas porque não foram objeto de maior execução ao longo do exercício anterior. A acumulação de saldo não resolve problemas sociais. A execução atempada sim, ao nível do investimento foram integrados 17 milhões € em obras. Inclui 7.000.000,5 no acordo Quadro Vias 5 milhões na Educação, 2 milhões e requalificações urbanísticas, bem como verbas na saúde e na Protecção Civil. Estes valores mostram necessidades reais que exigem intervenção. O recurso ao saldo demonstra que houve investimento por concretizar no momento adequado. Senhoras e senhores deputados, o que está em causa não é o número em si. O que está em causa é o modelo de governação que ele revela. Precisamos de um município que planeie melhor, que execute dentro do exercício orçamental, que reduza a dependência do saldo de gerência e que transforme os recursos públicos em respostas concretas no tempo certo. É essa a exigência política que hoje deixamos clara nesta Assembleia. O concelho precisa de mais execução, mais estratégia e mais impacto real na vida das pessoas. E é por isso que este executivo está aqui. ----------

Com a devida autorização Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, a senhora Vereadora Elizabete Silva na sua intervenção, relativamente ao Programa Gaia Cuidador, queria dizer ao PS e em especial ao Senhor Vereador João Paulo Correia, que centrassem menos nas redes sociais e mais atentos a documentação que lhes é entregue no âmbito das funções. Já tinham visto que as competências do novo organograma para o pelouro da Ação Social referem explicitamente a existência de uma rede municipal de cuidadores. Neste caso, penso que já está tudo esclarecido. Não haverá mais nada a dizer. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) O senhor Vereador Fernando Machado alegra-me ouvi-lo. Pensava que ia ouvir a resposta da senhora vereadora Carla Costa. Mas afinal ainda o senhor vereador ex-vereador das Finanças que nos vais responder? Ainda bem, porque acho que o senhor domina os assuntos, mas podemos não confundir as pessoas. Em primeiro lugar, eu tive o cuidado expresso de, na minha intervenção, lhe falar não só no saldo de gerência, mas fundamentalmente do saldo líquido e, portanto, o sr. Vereador pode enfim, montar uma intervenção bonita a falar sobre as necessidades de execução em Vila Nova de Gaia. Olhe, eu de facto fiquei surpreendido porque agora descobri que os municípios têm despesas correntes e têm despesas de investimento e que têm de as executar, que é uma coisa que ninguém esperaria de um município. E também ninguém esperaria. Certamente ninguém esperará depois da sua intervenção. Espero que não volte para o morder, que no fim do próximo ano o sr. Vereador venha aqui apresentar um saldo de gerência zero. Porque eu imagino que o Senhor Vereador vai ter a capacidade de no fim do ano prever exatamente o nível de receita que foi arrecadada durante o ano e que não vai transitar saldo para o ano seguinte. E na altura eu quero ver o senhor Vereador a vir dizer a esta Assembleia Municipal que o seu executivo não teve capacidade de execução. Mas como é óbvio, como o senhor, como o senhor vereador sabe bem, todos os municípios no fim do ano têm de avaliar o saldo de gerência, que depende das receitas arrecadadas reais no fim do ano. E, portanto, obviamente o senhor, o senhor vereador, a não ser que

execute mesmo muito mal, vai ter saldo de gerência, especialmente no município como Vila Nova de Gaia, em que a receita tem crescido sistematicamente de ano para ano, fruto da melhoria da atividade económica no concelho de Gaia que lhes foi deixada e que resulta da governação dos últimos 12 anos. Aliás, não podemos deixar referir, já agora, que o senhor deputado fala da dívida, da existência de dívida. É óbvio que existe dívida, mas vou-lhe explicar. A diferença é que essa dívida, em primeiro lugar, os compromissos do município passaram de um de um de um prazo médio de 206 dias de pagamento em 2013 para 12 dias em 2025. O que significa duas coisas. Em primeiro lugar, que o município é bom pagador e honra os seus compromissos. E em segundo lugar, que esta Câmara Municipal pode-lhe ter dado deixar de endividamento, o que é natural, para suportar as despesas de investimento. Mas aquilo que não lhe deixa é processos judiciais por falta de pagamento de juros de mora, por exemplo. O senhor vereador bem pode falar bem, pode falar sobre boa execução da despesa. Olhe eu esse exercício farei a partir do próximo ano. Estarei aqui para lhe relembrar das palavras que proferiu agora, tentando enganar as pessoas. Mas cá estaremos para relembrar essas palavras. Por último, queria só dizer-lhe que aquilo que não consegue disfarçar em qualquer circunstância é que as medidas de política pública que os senhores tentaram levar a cabo no Executivo e aprovar e tentaram aprovar aqui na Assembleia Municipal, que resultam precisamente dessa narrativa que construíram de incapacidade financeira do município. Afinal, perante este saldo de gerência e esta capacidade financeira eram injustificadas e era sobre isso que eu gostava de ouvir o senhor vereador. Porque é que os senhores, perante um saldo, um saldo líquido, não vamos falar de saldo total líquido para termos rigor técnico de 37 milhões €. Porque é que cortaram 25% aos clubes? Porque é que cortaram o passe do Andante para os mais de 65? Aproveito para responder à senhora vereadora que diz que a existência da provisão de uma rede municipal de cuidadores não nos garante nada sobre a execução de qualquer programa, porque, na verdade, nós, na apresentação do Orçamento para o próximo ano, também tínhamos incluído a questão dos passes para os mais de 65. É, verdadeiramente esse programa não existe e não está executado e continua a não existir. E, portanto, temos de nos cingir à realidade dos factos. O programa Gaia-cuidador, da informação que nos foi prestada, quer por técnicos, quer pessoas que beneficiavam dele ou que queriam beneficiar dele, foi a informação que foi transmitida pelos serviços da Câmara Municipal, estava suspenso e, portanto, a existência num papel de uma rede municipal não nos garante que venha de facto a ser executado. E, portanto, ficamos à espera alegremente que vocês executem aquilo com que se comprometeram. ----------

Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) em primeiro lugar, deixar claro que o Grupo Municipal do CH não tem coligação com rigorosamente ninguém. Aliás, se o PS estivesse atento em relação à moção anterior, votamos independentemente dos outros. Em relação à discussão relativamente ao saldo de 2025, esta tem sido marcada por duas narrativas opostas. De um lado, afirma que as contas estão péssimas, do outro, garantem que a execução financeira é boa. A verdade, como muitas vezes acontece, não está nos extremos. E é essa a análise séria e responsável que devemos fazer. Os números mostram que o município tem receita efetiva na ordem dos 235 milhões e despesa de 225 milhões. Existe, portanto, um saldo corrente positivo e capacidade de gerar poupança. Portanto, sejamos claros Gaia não está em rotura financeira nem à beira do colapso. Mas isto não significa que as contas estejam bem. O verdadeiro problema não está no equilíbrio formal das contas. O problema está na sua estrutura. Hoje, o município gasta cerca de 172 milhões € em despesa corrente. Isto representa aproximadamente 70% da receita total, ou seja, sete em cada 10 € servem apenas para manter a máquina a funcionar. Serviços, contratos e funcionamento corrente. E quando sobra para o futuro a despesa de capital? Ou seja, o investimento ronda os 43 milhões €, menos de um quinto do orçamento. Isto significa, na prática, que por cada 4 € que o Município gasta a manter a estrutura, investe apenas 1 € no desenvolvimento do concelho. E este é o verdadeiro problema financeiro de Gaia. Não é um problema de falência, é um problema de modelo. Temos um modelo, um município pesado, caro de manter e com uma estrutura de despesa rígida. Um município que consome grande parte dos seus recursos no presente, em vez

de os canalizar para transformar o território, melhorar infraestruturas, reforçar a mobilidade, habitação, a requalificação urbana e também a qualidade de vida. E isso é particularmente importante num dos maiores municípios do país, com necessidades evidentes de investimento e com uma população que espera respostas concretas quanto à despesa corrente. Cresce demasiado. O município perde margem de manobra, fica dependente, menos ágil e menos capaz de responder a desafios futuros. Por isso, a questão que devemos colocar nas contas não é se essas contas fecham. A questão é outra. O dinheiro dos contribuintes está a ser usado para manter a máquina ou para desenvolver Gaia? É aqui que os números mostram um desequilíbrio claro. É preciso coragem política para rever estruturas, controlar despesa corrente, avaliar contratos, reduzir custos permanentes e libertar recursos para investimento. Gaia não precisa apenas de contas equilibradas, precisa de contas orientadas para o futuro. Precisa de um município mais eficiente, mais leve e mais focado no que realmente transforma a vida das pessoas. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, as contas não estão em colapso, mas também não estão ao serviço da ambição que Gaia precisa. E é essa mudança de prioridade que este executivo deve assumir, conforme documento em anexo (**vide anexo nº 12**). ----------

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Grijó, Jorge Filipe Gomes Castro, na sua intervenção, em agosto de 2020 foi anunciado um novo acesso no sentido sul Norte. Integrado na solução para concluir o nó de Grijó e aliviar o nó dos Carvalhos. Falava se de um investimento de cerca de 3 milhões € e de uma intervenção estruturante para o concelho. Mas não era apenas uma obra rodoviária. Era parte de uma solução integrada. O projeto articulava Mobilidade com cedência de terrenos na Feiteira para construir dois blocos habitacionais destinados ao realojamento de 55 famílias. Desde então sucederam se anúncios, intenções e concursos. Mas a realidade não mudou. Continuam dois acampamentos na zona prevista para os acessos e mais dois noutras áreas de freguesia. O problema agravou-se e continua a marcar Grijó. O acesso não foi concluído. Não foi construído sequer. O nó de Grijó continua incompleto. O realojamento não avançou. O que falhou não foi o diagnóstico, mas sim a execução. Quando olhamos para o saldo de gerência que transita para 2026, devemos questionar o porquê. Algumas respostas. Transita porque investimentos estruturantes ficaram por executar. Transita porque decisões anunciadas não passaram do papel. Não estamos a falar de números. Estamos a falar de mobilidade adiada e de um problema social que permanece inato, intacto. O saldo de gerência, neste caso, o reflexo claro de anos de adiamento. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) depois de ouvir a intervenção do líder municipal do PS, eu só lhe queria recomendar que ouvi dizer que a Câmara Municipal de Gaia vai implementar um programa de literacia financeira. Eu o convido a inscrever se porque o senhor está mesmo a precisar. O programa é mais vocacionado para crianças, mas de certeza que se abre uma exceção para o sr. deputado também a entrar. Em relação aos cuidadores, a vereadora Elizabete já esclareceu tudo o que havia a esclarecer, mas eu não podia deixar de vir aqui e lamentar que o PS, que é um partido fundador da nossa democracia, o partido de Mário Soares, o partido do Jorge Sampaio, o partido de José Sócrates (não este não), tenha enveredado pela política de fake news, pela política do ouvir dizer, pela política do diz que diz que ouvi uma técnica a falar com a senhora do café, que falou com não sei quem e depois vai para as redes sociais causar stress, a ansiedade às pessoas que precisam efetivamente deste programa. Eu se fosse a Mariana Mortágua, diria aqui que a minha avozinha, coitadinha, ficou muito, ficou muito assustada. Não sou a Mariana Mortágua. Não vou dizer isso, mas a verdade é que há pessoas que ficam assustadas com este tipo de desinformação. E isto não é prestar um serviço à comunidade. Isto é prestar um desserviço à comunidade. É usar e usar o sofrimento das pessoas, usar o mal, a fragilidade económica das pessoas para fazer política. E para fazer política, que não é alta, nem é média... deixo a vossa conclusão sobre o que é que ela é e mais uma vez, é para concluir também o nosso. O curso que vai ser implementado na Câmara de Gaia também vai falar sobre distinguir fake news da Real News. E convidava o senhor Vereador a inscrever-se e a frequentá-lo. ----------

Defesa da Honra do Senhor Vereador João Paulo Moreira Correia, na sua intervenção, nesta intervenção ficou claro e notório para todos os senhores e as senhoras deputadas e quem nos acompanha aqui na Assembleia e remotamente, que o senhor deputado municipal que acabou de usar da palavra, dirigia se a mim? E a publicação e a denúncia que fiz nas minhas redes sociais, acusando essa publicação de falsidade, de fake news e, portanto, e pedindo para eu terminar com desinformação. Sinto que a minha honra está ofendida nesse aspeto, porque se eu não puder defender, eu vou estar a ouvir um conjunto de intervenções. Esta é a terceira vez que fala sobre o assunto sem que me possa defender e repor a verdade. Como escrevi na publicação que fiz, a oposição não pode ser deixar de ter coragem para denunciar os erros que são cometidos por quem governa. O programa Gaia Cuidador foi interrompido e essa informação do fim do apoio pecuniário aos cuidadores informais apoiados pelo programa Gaia Cuidador, que existe desde 2021, foi transmitido numa reunião com as técnicas sociais do município. Em segundo lugar, outra fonte de informação foram os próprios cuidadores que, com o decorrer do prazo e faltando informação sobre o pagamento da continuidade do pagamento pecuniário, contactaram a Câmara Municipal e a Câmara Municipal disse a cada um desses cuidadores que o que o apoio pecuniário tinha terminado. E por fim, muitos desses cuidadores preocupados e assustados dirigiram se ao balcão da Segurança Social, dizendo. Tudo isto que eu acabei de dizer e pedindo uma ajuda suplementar à Segurança Social. Mas para quem ainda tem dúvidas de que isto é verdade, basta acompanhar as redes sociais e ver pessoas que dizem que telefonaram para a Câmara e obtiveram essa informação e também pessoas que dizem que tiveram essa informação por outras fontes. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes na sua intervenção, teceu breves esclarecimentos em relação à intervenção do senhor vereador João Paulo Correia. Já em circunstâncias anteriores tive a oportunidade de lhe conceder a palavra. Agora parece-me que este abuso de utilizar a defesa da honra não pode continuar. Não pode continuar, porque essa figura não existe, nomeadamente quando não há honra ofendida. Portanto, não pode ser um subterfúgio para ultrapassar aquilo que o regimento obriga a que seja o presidente da Câmara ou quem substitua a dar a palavra ao senhor vereador. Mas em relação a esta matéria que está em discussão, um breve comentário ao Saldo de Gerência que está a ser discutido. Não é uma discussão estritamente técnica, é uma discussão que tem uma vertente também eminentemente política. Se tem a ver com despesas, tem a ver com receita. Se a despesa. Se pode afirmar como realmente relativamente contida para permitir atingir este saldo. Ela seria muito mais bem contida se a gestão tivesse sido desenvolvida de uma outra forma. Durante a última década, por exemplo, se não se tivesse havido um elevado a despesa com pessoal, que é um dos principais itens de gestão e que é um item que tem a ver com a sustentabilidade da gestão para valores que são quase um terço do orçamento da Câmara em função das receitas previsíveis. E, por outro lado, se a receita permite este saldo excelência e porque houve um boom explosivo desta receita, nomeadamente a partir de 2014-2015, que decorre de enorme esforço de obras estruturantes que foram feitas na década anterior: saneamento, vias estruturantes, reabilitação da costa do mar, da costa de Rio. De onde é que vem essa receita? Brutal? IMT, IMI? E onde é que estão essas casas? Estão na Avenida D. João II que não existia. Estão na Avenida Eugénio de Andrade. Estão na Costa do Mar que estava abandonada. Estão na costa do Rio, entre Afurada e Canidelo. É aí que está a receita. Portanto, o saldo de gerência não pode ser visto olhando para números. Ele tem como consequência de políticas e, por outro lado, em relação ao passado, essa ação permanente do passado. E nós somos acusados de falar do passado recente. Os senhores falam sempre do passado. Um dia destes falam do passado do Parque Jurássico. Bom, mas eu não me importo de falar desse passado. E volto a repetir porque tantas vezes repetirei, como dizia a Amália até que a voz me doa. Nós governamos o município nos piores anos da economia portuguesa e mundial do último século e meio. Os anos da crise subprime, os anos da bolha, que rebentou e rebentou com a economia americana e com a economia ocidental ligada às telecomunicações, que rebentou com o sistema financeiro internacional, que atirou a Europa para a desgraça e que trouxe a troika para Portugal e que começou quando o sr. Guterres foi embora,

que depois passou pelas restrições da Dra. Ferreira Leite, que depois passou pelos anos do engenheiro Sócrates e da troika. Foi nesses anos que nós governamos. Não foi nos anos de fartura. E foi nesses anos que nós fizemos um investimento brutal em Vila Nova de Gaia. O tal saneamento, a tal habitação social de milhares de fogos, as vias estruturantes, as escolas, tudo aquilo que os gaienses conhecem. É evidente que, face a uma quebra brutal das receitas que aconteceram em todo o país, no Estado, nos Estados que levaram os Estados como a Irlanda, como a Grécia, como Portugal, a situações penosas do ponto de vista financeiro, as autarquias, quase todas. A essa situação também. Quem estava num ciclo de muito grande crescimento e investimento evidentemente que teria de passar por problemas de tesouraria. Ninguém é milagreiro. Agora a obra estava aí, o investimento estava aí e a receita de que os senhores vieram a usufruir e que permite este salto de excelência. Estava aí em curso. Portanto, esta é a verdade. Eu alguma vez já disse aqui várias vezes que os senhores falam muitas vezes dessa situação de dificuldade de tesouraria. Ainda não vos disse? Ainda não vos vi aqui dizerem muito obrigado por terem feito 30 bairros para os pobres de Gaia. Reconhecemos que os senhores fizeram grandes vias estruturantes. Reconhecemos que os senhores reabilitaram sem mais de 100 escolas do ensino básico. Que fizeram cantinas e pré-escolar em todas as escolas. Que introduziram em Portugal as AEC's, os livros escolares gratuitos para todas as crianças que depois o Estado seguiu esse caminho? Que fizeram equipamentos desportivos em quase todas as freguesias que passaram a subsidiar a formação desportiva em várias modalidades por todo o concelho. Nunca vos vi a dizer isto. Ficava-lhes bem, porque eu não tenho nenhum problema de olhar para trás e dizer que câmaras socialistas, que fizeram bons trabalhos, que tiveram as suas dificuldades financeiras ou até de alguns que até alguns governos do seu partido, alguns do que aqui enumerei e que acabaram mal e que tiveram durante o seu mandato bons períodos e bons momentos e boas ideias e bons projetos para o país. Não me caem os parentes na lama para o afirmar. Agora, a análise deste documento não pode nem deve ficar estritamente numa fria análise de números. Os senhores falam de uma herança. Eu iria falar de outra da Vila Nova de Gaia onde a recolha de resíduos bateu no fundo, dos cento e tal milhões de euros perdidos da habitação social, dos quase 40 milhões de euros perdidos no PRR para a recuperação das escolas, do estado a que chegaram os transportes em Gaia e não quero falar mais disso. Agora os senhores vejam lá se se contém e quando quiserem falar do Parque Jurássico, falem da história dos dinossauros, mas não voltem a falar com esse tipo de discurso gasto, distorcido, incorreto, porque senão nós pagaremos na mesma moeda. E não era isso que nós queríamos. Nem é isso que os gaienses lá em casa querem. Querem que falemos do futuro. Querem que falemos dos nossos projetos e dos vossos projetos, a contestar os nossos e a pôr as alternativas em cima da mesa. É isso que os gaienses querem. Portanto, não vamos aceitar a levar tareia de uma forma injusta sem responder na mesma moeda. Politicamente, como é, como é óbvio. ----------

Ponto de Ordem à Mesa do Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) um ponto de ordem à mesa sobre a condução dos trabalhos, porque o senhor Presidente da Câmara Municipal suscitou aqui uma dúvida sobre a condução dos trabalhos e eu precisava de ser esclarecido relativamente a isso. É uma questão operacional mesmo. Eu creio que temos tempo. Por certo não esgotamos o tempo. --------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, temos o tempo para 01h00 é isso que está previsto para a discussão de todos os pontos que aqui estão na ordem de trabalhos. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) O senhor presidente suscitou aqui uma questão que tem a ver com o abuso do direito de defesa da honra. E eu creio não estar enganado que o direito de defesa da honra não é suscetível de apreciação dos outros membros da Assembleia Municipal, nos termos do Regimento e, portanto, não cabe nem a deputados, muito menos a vereadores ou ao Presidente da Câmara apreciar a valia ou menos valia da evocação do direito de defesa de honra, especialmente quando é

tão evidente quanto a esta, porque foi uma acusação direta sobre uma falsidade ou uma pretensa falsidade. E, portanto, eu gostava que me esclarecesse, Senhor Presidente, se vamos passar a ter um regime na Assembleia Municipal em que, ao contrário do que é o regime geral, vamos policiar o direito de defesa da honra dos outros deputados. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício: Nos termos do Regimento, compete-me perceber se é atentatório ou não, e não percebi que fosse atentatório. Portanto, o senhor deputado, se quiser explicar que é atentatório, começa a contar o seu tempo e pode explicar o que quiser nos próximos cinco minutos, mas não vai usar a interpelação à mesa para fazer uma intervenção de natureza política. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) Interpelei o sobre a condução dos trabalhos. Perguntei-lhe o que é que estava escrito nos termos, mas se o senhor presidente quiser ter essa atitude, vamos ter de discutir isto na conferência de líderes. Eu fiz uma pergunta direta sobre a condução dos trabalhos. Perguntei-lhe como é que vai funcionar a invocação do direito da honra nos termos do regimento. O senhor Presidente está a dizer que não me responde. É que está a tomar isto como nota. Eu não fiz uma afirmação política, fiz uma pergunta. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, disse ao senhor Deputado para ler o regimento. Ler toda a legislação que explica tudo quanto é a defesa da honra. Desde a reunião passada, a anterior, quando Vossas Excelências me acusaram de não cumprir o Regimento de uma forma injusta e faltando à verdade, fui a ler a legislação toda e, portanto, senhor deputado, faça favor de ler a legislação. Se quiser amanhã, mando-lhe por email. Se não tem mais nada a perguntar, vamos prosseguir com os trabalhos. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) eu vou lhe responder sucintamente por uma questão de gestão de tempo, mas vou lhe só fazer uma nota que eu acho que é relevante. É a segunda vez nesta Assembleia Municipal que o senhor Presidente chega ao lugar depois de se ausentar da sala e faz uma intervenção que não tem nada a ver com aquilo que foi dito anteriormente. Eu não falei em momento nenhum sobre o passado. O sr. Presidente está a invocar o passado, não sei a que propósito, porque nós falámos sobre o saldo de gerência. Apenas isso. O sr. Presidente não tem perdido uma oportunidade para invocar esse passado e eu percebo como ainda não tem nada para apresentar. Fala do passado, mas eu respeito a sua experiência como autarca. Fez certamente coisas boas. Aquilo que diz é parcialmente inverdade. Sim, porque o senhor Presidente diz: "Eu apanhei a crise do subprime". O senhor presidente foi eleito em 1997. A crise do subprime foi em 2008 e chegou a Portugal em 2011, dois anos antes de o Sr. Presidente deixar o mandato. Portanto, não me vai justificar uma grave crise financeira internacional de 2011 para justificar as grandes dificuldades que teve. Porque o senhor Presidente fala em 30 bairros, mas esquece de falar do programa PER, esquece de falar do programa Polis, esquece de falar dos fundos comunitários para construir as tais vias estruturantes que atualmente não são financiadas. Portanto, Sr. Presidente, esquece-se convenientemente de toda a arquitetura institucional e financeira que durante esses anos, fruto da nossa adesão à Comunidade Europeia e aos anos em que mais fundos comunitários nós recebemos no país e que ajudaram não só a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, felizmente, e todas as outras, e reconheço-lhe a capacidade de utilizar esses instrumentos. Agora não venha fazer de conta que afinal, desde 97 tinha uma situação financeira desgraçada, porque não tinha senhor Presidente. E só faço esta nota porque todas as assembleias municipais, o senhor Presidente é a mesma coisa e eu tenho tido o cuidado de não falar sobre isso por uma razão simples porque, ao contrário do que o senhor presidente está a dizer aqui, nós só temos de falar de futuro e eu quero julgá-lo pelo seu mandato agora, porque os mandatos anteriores já foram julgados e eu

não preciso de falar sobre eles. Quero falar sobre o futuro e sobre o futuro quero é que nos fale dos compromissos que assumiu com os gaienses e que ainda não cumpriu. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes questiona se o senhor deputado se lembra do que disse o Eng. Guterres quando foi embora que o país estava num pântano? A crise política e económica gravíssima, lembra-se que um governo do meu partido maioritário da Dr.ª Manuela Ferreira Leite cortou quase a metade o financiamento das autarquias locais. E cortou o IMI e o IMT, reduzindo a receita das autarquias. Brutalmente. E depois? A seguir veio de facto a troika. Portanto, foram dez ou 11 anos calamitosos. Eu, apesar de estar ali ao lado a respirar um bocado mais fundo ouvi o senhor a falar dos prazos de pagamento: não me venha dizer que não falou de passado. Para mim o problema está esclarecido e é que vamos em frente com todo o carinho e amizade e amor, que é o que é preciso e compreensão recíproca. Precisamos de paz, todos em época de crise do país. ----------

Senhora Deputada Ana Clara Nobre Durana (PSD) referiu haver números que impressionam. E números que precisam de ser explicados. Fala-se hoje num saldo de quase 92 milhões €, mas um número, por si só, não conta a história toda. Uma parte muito significativa desse valor não traduz nova capacidade financeira, traduz execução adiada, traduz investimento que não foi concretizado no momento devido. Traduz encargos que transitaram porque não foram concretizados atempadamente e isso altera a leitura. Quando analisamos o orçamento seguinte, percebemos que o saldo não surge como uma margem confortável para novas opções estratégicas. Surge para acomodar encargos que transitam e para executar o que não foi feito quando deveria ter sido feito. O que este saldo revela, não é a abundância estrutural revela falhas de planeamento, revela a ausência e visão. Estratégia revela dificuldades em transformar a decisão política em execução efetiva. O que faltou foi concretização. E quando a concretização falha de forma repetida, isto tem um nome inércia. Porque gerir bem é executar no momento certo. Este saldo não representa prosperidade estrutural, representa atrasos acumulados e por isso é importante afirmá-lo com bastante clareza, este saldo não é folga financeira, é o retrato contabilístico da inércia. Gaia precisa de planeamento com visão, precisa de ação, com método. Precisa de governação com responsabilidade. Quando falta execução, o investimento atrasa e quando o essencial é sucessivamente adiado, o município fica para trás. Não há desculpas quando o planeamento não se transforma em obra. E também não há desculpas quando durante 12 anos se adiou o desenvolvimento que o concelho exigia. ----------

Senhor Deputado Mário João Oliveira Almeida Duarte (PSD) referiu não ser muito saudosista, nem gostar de falar no passado, o futuro é o que preocupa mais. O passado socialista aqui nestes últimos 12 anos, não deixa muitas saudades. Se estivesse no lado de lá, ou em casa ou no público, ficaria a pensar então se sobrou dinheiro, porque é que este dinheiro não foi aplicado, por exemplo, a reparar as estradas, a reparar as escolas, pelo menos a tapar os buracos, porque quem é, infelizmente, motociclista ou automobilista, estas estradas são um calvário de todos os dias. Durante os 12 anos passados não vi nada a ser feito em relação a isto, portanto, nós podemos estar aqui com muita retórica, mas as pessoas estão lá em casa e aqui presentes, não ligam muito a estas questões retóricas, nem ligam muito a estas questões do passado ou o que quer que seja. Portanto, faça uma análise, sobrou assim tanto dinheiro? O dinheiro podia ter sido aplicado em relação às pessoas e a melhorar a vida das pessoas. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Ponto 3.3. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 52 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 do LIVRE) e 05 abstenções (04 do CH e 01 da CDU).----------

3.4. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Despacho de Revogação dos Procedimentos de Recrutamento.".----------

3.7. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à abertura de Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para a Carreira/Categoria de Assistente Operacional, área funcional de Ação Educativa". ----------

Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o senhor Vice-Presidente Firmino Jorge Anjos Pereira, solicita, dado o adianto da hora e, a impossibilidade de discussão de toda a OT, proceder à retirada dos pontos 3.4 e 3.7. ----------

Foram retirados da Ordem de Trabalhos por Proposta da Câmara Municipal, os Pontos 3.4 e 3.7----------

3.5. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Direção Superior de 1.° Grau - Direção Municipal de Polícia Municipal e Segurança Pública - Aprovação da Composição do Júri de Recrutamento".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Ponto 3.5. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 56 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU), e 01 abstenção do LIVRE.----------

3.6. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Procedimentos Concursais para Provimento dos Cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º e 3.º Graus – Aprovação da Abertura dos Procedimentos e da Composição dos respetivos Júris de Recrutamento."--------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Ponto 3.6. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU), 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

3.8. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Organização dos Serviços Municipais - Aprovação da Estrutura Nuclear e da Estrutura Flexível - Regulamento dos Serviços e Organograma". ----------

Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) este documento merece uma reflexão séria, porque não estamos a discutir apenas um organograma, estamos a discutir o tamanho da máquina municipal, o custo da estrutura e, acima de tudo, as prioridades políticas deste executivo. E é precisamente aqui que surgem preocupações. Este novo modelo prevê três direções municipais, 24 departamentos no máximo 72 divisões. Não estamos a falar de ajuste técnico, estamos a falar de uma estrutura com potencial de mais de uma centena de cargos dirigentes, todos eles com remunerações acrescidas sob a chefia e despesas associadas. Isto levanta

uma pergunta inevitável é este o momento para aumentar ou expandir a máquina administrativa? Ainda recentemente ouvimos o Executivo falar de dificuldades financeiras, as limitações orçamentais, a necessidade de rigor, mas a realidade é outra. Temos uma despesa corrente já muito elevada. Sabemos que cerca de 60% da receita municipal é consumida pelo funcionamento da estrutura e agora surge um modelo que não reduz, não simplifica, não racionaliza, pelo contrário, cria margem para crescimento, porque o documento não fixa uma estrutura real, define limites máximos, ou seja, abre a porta ao longo do tempo. Sejam criadas mais divisões, mais chefias, mais cargos, sem que esta Assembleia tenha de voltar a pronunciar se. Isto não é apenas organização, isto é flexibilidade para aumentar a despesa estrutural no futuro. É mais um ponto que não pode ser ignorado. O regulamento determina a cessação das atuais comissões de serviço, dirigentes e chefias. Na prática, isto significa uma reconfiguração total da estrutura, sendo um procedimento legal, levantando a mínima preocupação política. Estamos perante uma reorganização técnica ou perante uma reorganização com critérios de confiança política? Porque quando se substitui a estrutura dirigente, ao mesmo tempo a prestação pública importa. Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados, o problema de Gaia não é a falta de organogramas. O problema de Gaia é uma máquina pesada, cara de manter e com uma despesa corrente muito elevada face ao seu investimento. O que este concelho precisa é de mais eficiência, mais simplificação e mais controlo. Despesa estrutural e mais recursos libertados para o investimento e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Este documento segue o caminho contrário. Em vez de aliviar a estrutura, cria condições para a expandir. Em vez de conter a despesa permanente, aumenta a rigidez futura. Pergunta política é simples. Queremos um município mais ágil e eficiente ou um município cada vez maior, mais pesado e caro de manter? O CH defende que a prioridade deve ser eficiência, o controlo da despesa e a responsabilização na gestão dos recursos públicos. Porque cada novo cargo dirigente, cada nova estrutura permanente, é dinheiro dos contribuintes. E esse dinheiro deve servir, antes de tudo, para melhorar a vida dos cidadãos e não para aumentar a dimensão da máquina. conforme documento em anexo **(vide anexo 13).**----------

Senhora Deputada Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira (PS) o Regulamento Municipal de Gaia foi aprovado esta segunda-feira por unanimidade, com a abstenção do PS. Relativamente ao novo organograma, o PS optou pela abstenção porque entende que o método para chegar a um novo organograma não deveria ter sido este. Em campanha sempre defendemos um caminho diferente. Sempre sustentamos que as grandes decisões sobre a estrutura do universo municipal, câmara e empresas municipais deveriam ser objeto de um grupo de trabalho participativo, abrangente e transparente. Um grupo de trabalho composto por representantes dos partidos com assento na Assembleia Municipal, representantes de trabalhadores, dirigentes e presidentes de Junta. Um grupo de trabalho que realizasse um diagnóstico sério, tirasse conclusões fundamentadas e apresentasse recomendações posteriormente sujeitas, obviamente, ao debate. Nesta, nesta, nesta Assembleia e na Câmara. Obviamente, esse grupo de trabalho deveria ter sido criado imediatamente após a tomada de posse. Com a transferência de competências para as Câmaras Municipais, o universo municipal de Gaia passou a ter praticamente o dobro de trabalhadores e colaboradores face 2021. Além disso, a transferência de competências trouxe novos desafios e responsabilidades para o município. Decorrido tempo suficiente para avaliar o impacto dessa transferência, estando no início de mandato, esta seria a sede própria para avaliar um novo organograma, bem como para calcular e preparar técnica e financeiramente a contratação de novos trabalhadores para as áreas prioritárias e deficitárias. Um grupo de trabalho que olhasse com visão estratégica para os principais que Gaia desafia na próxima década. Por tudo isto, entendem que a primeira abordagem a um novo organograma não deve ser meramente contabilística, reduzida a comparação de custos face ao modelo atual. E só para esclarecer quem nos ouve dizer que na última reunião de Câmara, o senhor vereador Fernando Machado afirmou que um novo organograma custa menos do que o atual. As nossas contas indicam exatamente o contrário. Senão vejamos. Comparativamente com 2025 e através de uma

contabilização simples, verificamos que o novo organograma para 2026 representa um custo adicional anual na ordem dos 169.000 €. Esta é, na perspetiva do PS, a verdade dos números. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Ponto 3.8. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP), e 28 abstenções (22 do PS, 04 do CH, 01 do LIVRE e 01 da CDU. ----------

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, disse dado a hora em que fizemos agora exatamente 03h00 de sessão, interrompemos esta sessão. Os restantes pontos ficam para a próxima reunião desta primeira sessão de 2026. ----------

Para Ata Declaração de Solidariedade e Reconhecimento do Deputado Único da CDU, conforme documentos em anexo (**vide anexo 14**). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, leu e deu como aprovada a Minuta de Ata, conforme documento em anexo **(vide anexo 15).** ----------

Não havendo mais a tratar, o presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos, pelas **00 horas e 23 minutos**, do dia **13 de fevereiro de 2026**, sendo lavrada a presente ata, e que, depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo, o Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício

(Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias, Dr.ª)

O Presidente da Assembleia Municipal, em exercício

(Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, Dr.)

Senhoras e senhores, o momento não é para generalidades e eu vou atrever-me a ser preciso. Quando penso nos obstáculos que terão que ser ultrapassados, note-se no entanto, que não é minha intenção dizer-vos que é fácil a tarefa a que este executivo se propõe mas sim, porque esperamos dele, uma ousadia maior.

Sabemos que as dificuldades são sempre do tamanho das intenções, no entanto é na nossa coesão que reside a nossa força, o que aconteceu em Gaia, foi o abrir de uma nova via politica de extrema importância. Não nos desleixemos!

Ouvi, a Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro, várias vezes dizer esta expressão, já de si histórica, "A política sem riscos é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha."

Eu, não gostaria que Vilar do Paraiso fosse conoctada como uma chatice para V/Exª Dr. Luis Filipe Meneses, gostaria sim, que Vilar do Paraiso fosse um risco para si, risco esse, que valesse a pena assumir, com as suas acções em prol do desenvolvimento da freguesia e dos vilarenses, porque a freguesia foi atirada de há 12 anos a esta parte, para um estado de coma e eu, como todos os vilarenses, gostariamos de a ver pelo menos, nos "cuidados intensivos." Sei que V/Exª é um homem de acções, sei que V/Exª estará atento á freguesia, como também sei que, V/Exª mais do que eu, estará interessado em reerguer a Freguesia de Vilar do Paraiso.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 1

Caro presidente do executivo, que não vos pareça temerária esta minha confiança, pois baseia-se apenas em vos ter a meu lado e deixarei de confiar em mim naquilo que espero de vós, naquilo que os vilarenses esperam de vós.

Agradeço-lhe desde já a intervenção na zona de Cadavão e na VL 12, estou em creer que será o principio de muitas mais intervenções em Vilar do Paraiso.

Notamos que pelas intervenções nesta Assembleia, como algures nas ruas, ainda existem gaienses que têm saudades dos 12 anos passados.

Mas a todos esses gaienses o Dr. Luis Filipe Meneses diz e bem, permita-me a inconfidência, que "a nostalgia não é, nem nunca será, uma estratégia para Gaia"

Termino, senhoras e senhores.

Julgo que o senhor presidente saberá perdoar-me o atrevimento, dizendo que: O senhor é para Gaia portador de sonhos, sonhos grandes que exigem coragem diária.

E assim ficaremos a saber que Gaia, com este novo executivo, estará preparada para ser mais e melhor, um Concelho virado para o futuro, porque as acção são a única verdade.

Muito Obrigado

Vitor Manuel Andrade da Silva Marques

ANDRÉ FERREIRA TAVARES PINTO PEREIRA
R. DO JARDIM, 1496
VILAR DO PARAÍSO
4405-825 VILA NOVA DE GAIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 2

PARA
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA
AO C/ASSEMBLEIA MUNICIPAL
R. GENERAL TORRES, 1141
4400-163 VILA NOVA DE GAIA

EXMOS. SENHORES:

VENHO, PELA PRESENTE, FAZER CHEGAR JUNTO DE V. EXAS. UM PARECER INTITULADO:

- A QUINTA DO MORGADO E O SEU INTERESSE PÚBLICO SOCIAL,

SITUADA NA FREGUESIA DE VILAR DO PARAÍSO, VILA NOVA DE GAIA, PARA DAREM A CONHECER A SUEIT DE DIREITO.

SEM MAIS, DE MOMENTO, SUBSCREVO-ME,

DE V. EXAS.
ATENTAMENTE

VILAR DO PARAÍSO, 12 DE FEVEREIRO DE 2026

AUGUSTO MARCELINO ALVARES SILVA PEREIRA
GESTOR E CONSULTOR

PARECER

- QUINTA DO MORGADO E O SEU INTERESSE PÚBLICO SOCIAL

Mais ou menos em Abril de 2000, nesta Assembleia Municipal, e sendo Presidente da Câmara Municipal o Dr. Luís Filipe Menezes, tive a oportunidade de afirmar o seguinte:

"Qualquer País desenvolvido só o poderá ser porque teve em atenção determinados aspectos de organização e gestão que, ao serem observados, conduzem-no a essa situação.

Organizar e Gerir pressupõe a existência de um set mínimo de qualidades dos elementos activos desse processo, tais como bom-senso e capacidade de análise e de decisão.

Ora, sendo a planificação urbanística um dos factores mais importantes da organização territorial, não é, pois, de estranhar que, em determinado momento, o Estado tenha sido forçado a intervir - regulamentando - para evitar as decisões arbitrárias neste capítulo.

É, pois, instituído o PDM - Plano Director Municipal" ... (Anexo I)

Tem esta introdução a vér com o publicamente anunciado Projecto de Construção Urbanística da 'Quinta do Morgado', em Vilar do Paraíso.

Assim, o interesse público de impedir a possibilidade de qualquer intervenção imobiliária na 'Quinta do Morgado' e nas propriedades envolventes da Igreja Paroquial e do Cemitério da Freguesia, em Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia, manteve-se, nesta data, intacto.

1/5

R. do Jardim, 1496 · Vilar do Paraíso · 4405-825 Vila Nova de Gaia
TLM: 91 774 1685

ANDRÉ MOREIRA ALVARES VILHO PEREIRA
GESTOR E CONSULTOR

X.13

O INTERESSE PÚBLICO A SABER É:

- PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO.

O LOCAL ONDE SE SITUA A 'QUINTA DO MORGADO' É, NA SUA GLOBALIDADE, RÚSTICO, ISTO É, TODA A ÁREA QUE A ENVOLVE SÃO QUINTAS AGRÍCOLAS DE GRANDE EXTENSÃO QUE DÃO UMA MAGNIFICÊNCIA RÚSTICA E PAISAGÍSTICA INDESCRITÍVEL. (ANEXO 2 - EXTRAÍDO DO LIVRO "SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS DE S. PEDRO DE VILAR DO PARAÍSO)

A SOCIEDADE DO SÉCULO 21, FRUTO DAS ASSUSTADORAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, JÁ NÃO LEVA EM LINHA DE CONTA APENAS A BELEZA PAISAGÍSTICA MAS TAMBÉM A PRESERVAÇÃO DE CONDIÇÕES NATURAIS QUE PERMITAM EVITAR O COLAPSO CLIMÁTICO

NESTE LOCAL - 'QUINTA DO MORGADO', IGREJA PAROQUIAL, CEMITÉRIO E RESTANTES PROPRIEDADES ADJACENTES - HÁ UM IMPORTANTE INTERESSE SOCIAL PÚBLICO, POIS EXISTEM AS CONDIÇÕES:

- PARA A CONSTRUÇÃO DE UM EQUIPAMENTO PEDAGÓGICO RÚSTICO: QUINTA AGRÍCOLA (ANEXO 3)

AS CRIANÇAS TÊM DE TOMAR CONSCIÊNCIA, NA SUA FORMAÇÃO INTELECTUAL, QUE OS ALIMENTOS NÃO SÃO FABRICADOS NOS SUPER-MERCADOS OU NAS MERCEARIAS, TÊM DE SER PRODUZIDOS BIOLOGICAMENTE.

- PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO AMPLO QUE PERMITA A REALIZAÇÃO DE ESPECTÁCULOS AO AR LIVRE, A INSTALAÇÃO DE CIRCOS E, NO DEVER DO RESPEITO DEMOCRÁTICO DA PLURALIDADE, NESTE CASO RELIGIOSA, FACILITAR A REALIZAÇÃO, COM DIGNIDADE, DA FESTA A S. PEDRO (ANEXO 4 E ANEXO 5 - EXTRAÍDO DO LIVRO "SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS DE S. PEDRO DE VILAR DO PARAÍSO")

R. DO JARDIM, 1496 · VILAR DO PARAÍSO · 4405-825 VILA NOVA DE GAIA
TLM: 91 774 1685

AUGUSTO MOREIRA ALVARES VILHENA PEREIRA
GESTOR E CONSULTOR

- PARA A CONSTRUÇÃO DE CASAS MORTUÁRIAS DIGNAS PARA VELAR OS DEFUNTOS (ANEXO 6)

- PARA A CONSTRUÇÃO DE CREMATÓRIO (ANEXO 6)

- PARA A FUTURA APLICAÇÃO DO CEMITÉRIO

E

- PARA EVIDENCIAR O INTERESSE HISTÓRICO DA FAMÍLIA QUE DÁ O NOME À QUINTA E SERVIR COMO EXEMPLIFICAÇÃO PERFEITA DE SERVIÇO À PÁTRIA E DEMONSTRAÇÃO DE UM HÁBITO DE UMA ÉPOCA - PODER SOCIAL E RELIGIOSO ASSOCIADO À PROPRIEDADE RÚSTICA - (ANEXO 7 - EXTRAÍDO DO LIVRO "SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS DE S. PEDRO DE VILAR DO PARAÍSO")

QUANTO ÀS PROPRIEDADES ADJACENTES (QUINTAS E OUTRAS) SÃO OS ELEMENTOS QUE DÃO DIMENSÃO HARMONIOSA AO CONJUNTO

A CRIAÇÃO DE RIQUEZA, QUE O PAÍS TANTO PRECISA, NÃO PODE SER FEITA A QUALQUER PREÇO - VILAR DO PARAÍSO NÃO PODE SER A AMAZÓNIA, CUJA UTILIZAÇÃO SELVAGEM ESTÁ A CONTRIBUIR PARA A DESTRUIÇÃO DO PLANETA TERRA -.

O DINHEIRO É IMPORTANTE, MAS SE É PARA NOS MATAR NÃO NOS DÁ BENEFÍCIO ALGUM.

OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO DO SÉCULO XX JÁ NÃO FAZEM SENTIDO NO SÉCULO XI.

O MUNDO NÃO ESTÁ A MUDAR, O MUNDO JÁ MUDOU.

É, POIS, IMPERIOSO, QUE SEJA ANULADA A DECISÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, DE NOVEMBRO DE 2000, DE DESOBRIGAR O IMPEDIMENTO CONSTRUTIVO A "QUINTA DO TORGADO" E, EM TERMOS GLOBAIS, DEVEM OS ÓRGÃOS POLÍTICOS DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA DOTAR O PDM - PLANO DIRECTOR MUNICIPAL COM AS RESERVAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO, NESTE LOCAL, DO INTERESSE SOCIAL PÚBLICO.

R. DO JARDIM, 1496 · VILAR DO PARAÍSO · 4405-825 VILA NOVA DE GAIA
TLM: 91 774 1625

ANDRÉ MOREIRA ALVARES VILHO PEREIRA
GESTOR E CONSULTOR

X 15

- DE QUINTA AGRÍCOLA (ANEXO 3)
- DE ESPAÇO PARA ACTIVIDADES DE DIVERSÃO E CULTURAIS (ANEXO 4 E ANEXO 5 - EXTRAÍDO DO LIVRO "SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS DE S. PEDRO DE VILAR DO PARAÍSO)
- DE CASAS MORTUÁRIAS (ANEXO 6)
- DE CEMITÉRIO (ANEXO 6)
- DE FUTURA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO;

ISTO NO QUE DIZ RESPEITO AO INTERESSE SOCIAL PÚBLICO IMATERIAL E EM MATÉRIA DO INTERESSE SOCIAL PÚBLICO IMATERIAL

- DE EVIDENCIAÇÃO DO INTERESSE HISTÓRICO DA FAMÍLIA QUE DÁ O NOME À QUINTA E SERVIR COMO EXEMPLIFICAÇÃO PERFEITA DE SERVIÇO À PÁTRIA E DEMONSTRAÇÃO DE UM HÁBITO DE UMA ÉPOCA - PODER SOCIAL E RELIGIOSO ASSOCIADO À PROPRIEDADE RÚSTICA - (ANEXO 7 - EXTRAÍDO DO LIVRO "SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS DE S. PEDRO DE VILAR DO PARAÍSO)

PARA REFORÇO DA MINHA PONDERAÇÃO, JUNTO TEXTOS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - DR. LUÍS FILIPE MENEZES - E DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA, À ÉPOCA, - SENHOR ELÍSIO PINTO -, OS QUAIS, DE ACORDO COM A MINHA INTERPRETAÇÃO, VÊM DAR RAZÃO AO CONTEÚDO DESTE MEU PARECER (ANEXO 8 E ANEXO 9 EXTRAÍDOS DO LIVRO "SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS DE S. PEDRO DE VILAR DO PARAÍSO")

EM CONCLUSÃO, SUGIRO QUE A CÂMARA MUNICIPAL ADQUIRA, A PREÇO DE MERCADO, AS PROPRIEDADES QUE ENVOLVEM A IGREJA PAROQUIAL E O CEMITÉRIO DA FREGUESIA DE VILAR DO PARAÍSO, ONDE SE INCLUI A "QUINTA DO MORGADO", E OUTRAS, POR FORMA A DAR HARMONIA PAISAGÍSTICA E ARQUITECTÓNICA AO LOCAL.

4/5

R. DO JARDIM, 1496 - VILAR DO PARAÍSO - 4405-825 VILA NOVA DE GAIA
TLM: 91 774 16 85

ALBERTO MARQUES TAVARES VIEIRA PEREIRA
GESTOR E CONSULTOR

TEMOS DE DEIXAR DE CONTABILIZAR APENAS DINHEIRO E PASSAR A CONSTRUIR QUALIDADE DE VIDA.

VILAR DO PARAÍSO, 3 DE NOVEMBRO DE 2025

R. DO JARDIM, 1496 · VILAR DO PARAÍSO · 4405-825 VILA NOVA DE GAIA
TLM: 91 774 16 85

ANEXO I

André Moreira Tavares Pinto Pereira
Vilar do Paraíso

Exmº Senhor Presidente da Câmara,

Qualquer país desenvolvido só o pode ser porque teve em atenção determinados aspectos de organização e gestão que, ao serem observados, conduzem-no a essa situação.

Organizar e gerir pressupõe a existência de um sem número de qualidades dos elementos activos nesse processo, tais como bom senso e capacidade de análise e de decisão.

Ora, sendo a planificação urbanística um dos factores mais importantes da organização territorial, não é, pois, de estranhar que, em determinado momento, o Estado tenha sido forçado a intervir – regulamentando – para evitar as decisões arbitrárias neste capítulo. É, pois, instituido o PDM-Plano Director Municipal.

Vila Nova de Gaia, tanto quanto me é dado a conhecer, também teve de afinar pelo mesmo diapasão e tratou de elaborar o seu plano para o submeter à votação dos vários patamares hierárquicos com competências para se pronunciarem sobre o assunto e aditarem as emendas que entendessem necessárias para a sua aprovação final.

No nosso concelho, suponho que isso aconteceu. Pelo menos tive a oportunidade de, em determinada ocasião, ouvir uma explanação, de um plano, feita pelo Arquitecto Nuno Portas.

Contudo, de há uns tempos a esta parte, tenho-me confrontado com um rol de dúvidas acerca da existência, ou não, de um PDM para Vila Nova de Gaia.

Assim sendo, permita-me, senhor Presidente da Câmara, que lhe coloque as seguintes questões:

1ª - Vila Nova de Gaia alguma vez teve PDM devidamente aprovado e publicado?

2ª - Se sim, - porque tudo me leva a crer que sim – porque razão é que é de tão dificil consulta?

3ª - Se não, então de que está à espera o executivo camarário para a sua elaboração e discussão pública?

Vila Nova de Gaia, 20 de Abril de 2000

ANEXO 2

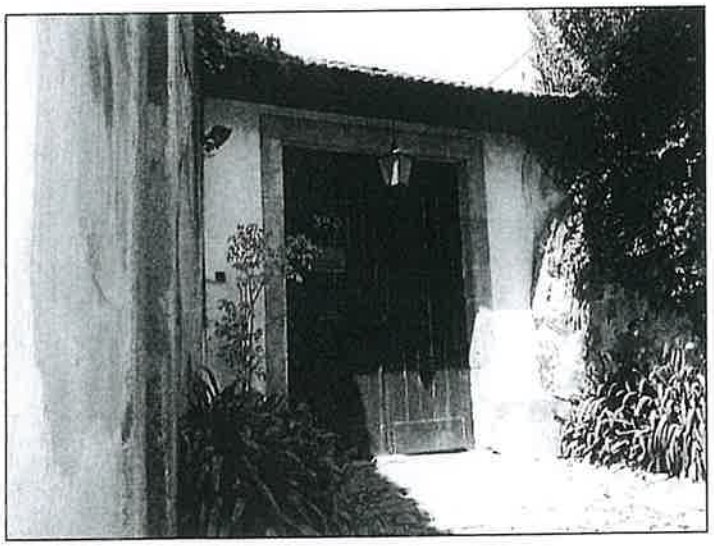
QUINTAS IMPORTANTES

A identificação de algumas das mais significativas quintas existentes ou que existiram em Vilar do Paraíso resulta da nossa investigação e/ou entrevistas aos actuais proprietários ou da descrição que Pinho Leal faz delas nos finais do século XIX.

1 - CASA E QUINTA DA CALÇADA

Casa da Calçada é a designação atribuída a uma pequena Quinta com cerca de 6000 m2, resultante de uma exploração agrícola de maiores dimensões que outrora aí existiu. Nas proximidades da Quinta da Formiga, este espaço situa-se numa das mais importantes manchas verdes da freguesia, onde o ambiente agrícola e florestal permite ainda o usufruir da beleza paisagística que caracterizava toda esta zona em tempos idos e que vai rareando nos tempos actuais.

As diversas construções que existem na Casa da Calçada foram cuidadosamente recuperadas na última década do século XX, respeitando as suas características arquitecturais dos inícios de setecentos. A moradia principal, que se pensa remontar a 1711, não tem todavia a traça solarenga que desenhou tantos imponentes edifícios dessa época, antes se tratando de uma sólida construção tipicamente burguesa, coroando um espaço predominantemente agrícola[1]. Adquirida em meados do século XX pelos ingleses Delaforce[2], que a transformariam na sua residência familiar. A propriedade viria a sofrer profundas transformações, como a substituição da área agrícola por um típico jardim inglês, com vastos relvados, maciços de flores, árvores frondosas, roseiral e alamedas



[1] As cavalariças e lagares dessa época estão hoje transformados em anexos, mantendo-se apenas a típica casa da eira.

[2] Uma das muitas famílias inglesas relacionadas com a produção e exportação do Vinho do Porto, que a partir do século XVIII se fixaram no nosso país.

cobertas por ramadas (este pormenor bem mais ao gosto português). Na restante propriedade, rodeada de discretos muros, existe, ainda hoje, uma extensa ramada de vinha centenária e nela pontuam os cedros, carvalhos e choupos.

2 - QUINTA DA CAPELA

Considerada como *prédio soberbo* por Pinho Leal na sua monumental obra *Portugal Antigo e Moderno*, a Quinta da Capela é hoje chamada de Quinta do Sr. Antas, evocando o nome do seu actual proprietário, José Ferreira de Morais Antas.



Fachada do edifício habitacional da Quinta da Capela.

No passado pertenceu ao conselheiro António Manuel Ribeiro da Fonseca, tio-avó da esposa do actual proprietário, D.ª Maria Joaquina Ribeiro da Fonseca Antas.

Este importante espaço verde situa-se no coração de Vilar do Paraíso e todo o seu espaço, de cerca de 16 hectares, é murado[3]. Contígua à rua do Jardim, está a imponente e ampla moradia de forma rectangular que terá mais de 540 anos de idade, segundo nos foi relatado pelos seus donos, embora já não existam vestígios dessa antiguidade no traçado elegante do actual edifício.

O vasto espaço era, no passado, destinado às mais variadas produções agrícolas tradicionais da região, com destaque para o milho e feijão. Também a fruta ocupava um lugar privilegiado na propriedade, aí se colhendo pêras, maçãs, nozes, castanhas,

[3] Esta quinta era também designada de Quinta de S. Martinho, pela sua proximidade do templo daquele santo.

com pinturas a fresco no tecto e no altar-mor e medalhões de estuque com decoração dourada.

Aqui viveu Maria Albertina Saraiva de Souza, Condessa de S. Tiago de Lobão, que faleceu nas primeiras décadas do século XX[6].

4 - QUINTA da FORMIGA

A "Quinta da Formiga" foi edificada em meados do século XVI, pelos frades do Mosteiro da Serra do Pilar[7], que aqui erigiram casas, capela[8], moinho, presa, aqueduto, etc. Com a extinção daquele Mosteiro, a propriedade passou para o arcediagado da Régua, em 1772. Pertenceria depois a João de Sousa Lima Alcoforado, até à sua morte, em 1789. Foi posteriormente vendida a António Ferreira Guimarães, casado com D. Bernarda Ferreira Borges, que, pelo falecimento do seu primeiro marido, ficara na posse da Quinta por uma sentença de adjudicação a seu favor. Quando morreu D. Bernarda, a Quinta e os seus pertences passaram para uma sobrinha, D. Maria Ferreira Borges.



Entrada principal da Quinta da Formiga.

D. Maria nascera na Rússia, onde um irmão de D. Bernarda casara com uma senhora desse país. Quando seu pai faleceu, Maria viajou para Portugal, para tomar conta da herança da tia. O barco que a transportava ancorou em Itália, para trazer para Portugal D. Maria Pia de

[6] O testamento da Condessa de S. Tiago de Lobão, feito em 1928, é uma demonstração da sua enorme fortuna, que constava de propriedades, dinheiro e acções, quer em Portugal, quer no Brasil. O testamento refere-se, no entanto, apenas aos bens em território nacional, distribuídos por familiares, afilhados, amigos e instituições várias. Só em dinheiro, ela lega cerca de 1.600.000$00. Beneficia instituições como as Irmãzinhas dos Pobres, Creche de Lordelo do Ouro, Creche de Cedofeita, Hospital de Crianças Maria Pia, Sociedade de Beneficência Brasileira, Ordem do Carmo, Hospital da Lapa, Asilo do Terço e Bombeiros Voluntários Portuenses. Uma curiosidade deste testamento é a preocupação demonstrada pela Condessa com o futuro dos seus dois cães, identificando a pessoa que os deveria guardar como seus e deixando-lhe vinte mil escudos para o sustento dos animais.

[7] Os clérigos regulares de Sto. Agostinho de Grijó transferiram-se para o Mosteiro Novo da Serra em 1542. Não se adaptando à mudança, regressariam algumas dezenas de anos depois ao antigo convento.

[8] A capela particular exterior que hoje aí existe é apenas do século XX (1931), substituindo uma capela interior erguida num dos corpos dos edifícios existentes na Quinta.

Saboia, filha do rei Victor Emanuel II[9], que vinha casar com o D. Luís I[10], coroado rei no ano anterior. Estávamos em 1862. Na comitiva portuguesa que acompanhava a princesa italiana, viajava um jovem de vinte anos, Joaquim José Proença Vieira, que logo se enamorou de D. Maria Ferreira Borges. Regressados a Portugal, pediu-a em casamento. Em seguida, visitaram a Quinta que fora legada por D. Bernarda. Encantados com a bela propriedade, logo trataram de nela iniciar importantes obras de beneficiação: o restauro da casa antiga (quinhentista, com arcaria e capela), a construção de um lago natural a partir do aproveitamento das águas do ribeiro que atravessava os terrenos, o traçar de arruamentos na mata, a criação de um parque com fontes e árvores viçosas.

Como prenda de casamento, D. Maria Pia concedeu-lhes o título de "Viscondes". O casal iria depois para França, onde o Visconde ocuparia um cargo diplomático. Entretanto mandavam construir na Quinta de Vilar do Paraíso uma grande casa, em estilo francês. Os acontecimentos políticos que agitam a França em 1870 não assustam o visconde de Proença Vieira, que aí permanece, gastando parte da sua fortuna. Só mais tarde regressaria a Portugal, indo morar para a Quinta da Formiga, que toma então esta designação em resultado do nome que as pessoas do lugar davam a D. Maria – a *Formiguinha*, por ser pequena de estatura. Aqui viveram cerca de quarenta anos e aqui morreram.

O visconde de Proença Vieira foi também presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia e deputado às Cortes.

Sobre a bela Quinta, escreveu Pinho Leal, no século XIX: *(...) uma linda casa nobre acastellada intra-muros, um lago, um moinho, bons jardins, pomares de fructa e grande matta de eucalyptos, australias, araucarias, etc., belas ramadas com vides, extensos campos e formosos passeios*[11].

Em 1917, um dos filhos dos Viscondes de Proença Vieira, André José Tcherdatoroff Ferreira Borges de Proença Vieira, Visconde de Assentiz, vendeu (ainda em vida) a Quinta ao Dr. António Mourão, que a mandou restaurar, já que se encontrava bastante arruinada. Após o falecimento deste, os vastos terrenos passaram para sua mulher e sua filha, D. Maria de Lurdes Mourão Viegas Guimarães,

[9] Vítor Emanuel II era então rei do Piemonte e da Sardenha e foi o paladino vitorioso da unificação de Itália.
[10] Filho segundo de D. Maria II e do rei consorte D. Fernando, Luís subira ao trono após a morte trágica e prematura de seu irmão D. Pedro V, em 1861.
[11] LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno (...)*, vol. XI, p. 1259.
Os jardins desta Quinta terão sido desenhados por José Gomes de Macedo, segundo Sousa Viterbo, na sua sua obra *A jardinagem em Portugal*, de 1906. Já o *"Jornal de Hoticultura Prática"*, em 1873, fazia uma descrição pormenorizada dos seus jardins, destacando a beleza, a raridade ou as dimensões das diversas espécies que os povoavam. Era ainda destacada a formosura do lago, a originalidade das suas duas "ilhas", a extensa mata que, nessa época, ara ainda constituída por árvores de tenra idade e o pequeno "castelo" ergido no topo da colina (CARITA, Helder; CARDOSO, Homem - *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal*, Círculo de Leitores, 1990, pág. 303).



Frontaria do edifício principal da Quinta da Formiga



Pormenor do edifício seiscentista reconstruído

casada com o Dr. Luiz Bastos de Freitas Viegas. São estes os actuais proprietários da Quinta da Formiga.

Com dois portais brasonados, a Quinta mantém um encanto de outras eras, com o seu vasto e térreo edifício oitocentista (neogótico), a pedra rude da construção

mais antiga respeitosamente restaurada, o arborizado parque (onde uma "árvore da borracha" surpreende pela dimensão) e a mata que se estende em exuberantes verdes. Da sua vegetação, destacam-se dois eucaliptos centenários de inusitado porte, já que o maior possuiu dez metros de diâmetro e ultrapassa os trinta metros de altura. Junto do ribeiro que a atravessa – regato escuro e baço, longe da transparência de tempos idos que permitia a existência de peixes – ergue-se, ainda, uma azenha, sobrevivente preciosa de mesteres desaparecidos.

5 - QUINTA DO "MENINO DE OURO"

Quinta dos finais do século XIX, pertenceu outrora a João Marques, pai de César Marques dos Santos, o "Menino de Ouro"[12].

Foi adquirida nos inícios da década de cinquenta do século XX pelo Dr. Ponciano Serrano, seu actual proprietário, que restaurou o belíssimo edifício



Edifício principal da Quinta do "Menino de Ouro", com o seu típico torreão.

original. Este, datado de 1900, tem as características de uma construção típica de brasileiro, com um alto torreão encimado por uma estrutura envidraçada, ao cimo do qual se sobe através de uma escada com mais de cento e oitenta degraus, unido ao corpo principal do edifício habitacional por uma espécie de passadiço coberto. Do cimo do torreão de granito, provável obra do arquitecto Marques da Silva, obtém-se uma vista privilegiada sobre os terrenos adjacentes da Quinta, que se

[12] Ver, neste trabalho monográfico, o capítulo *Personalidades vilarenses*.

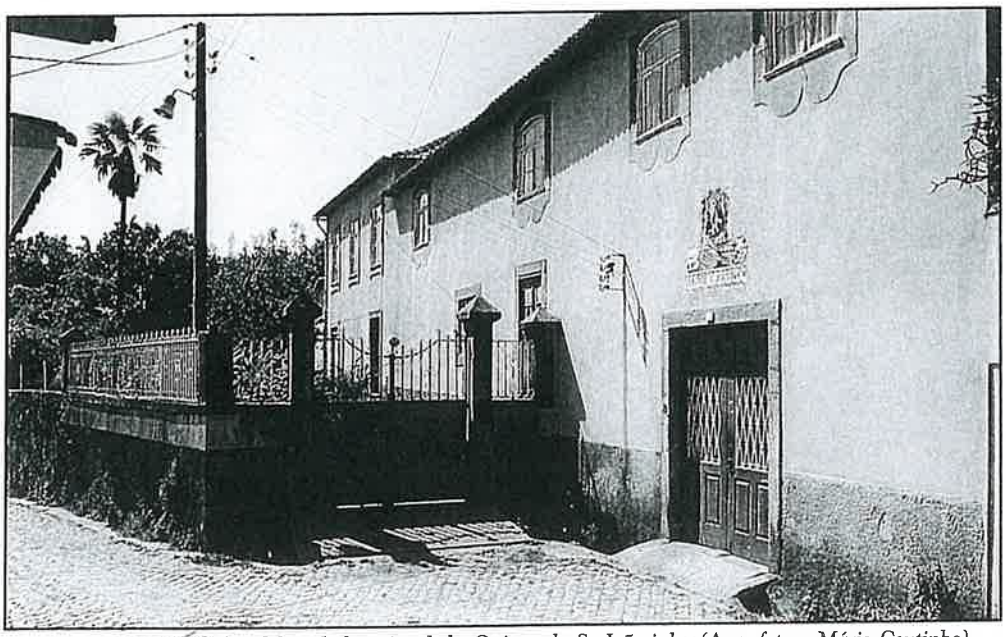
desfraldam, frondosos, ao longo de cinco hectares, assim como da Igreja Matriz e da Quinta da Formiga.

O Dr. Ponciano Serrano lembrou uma lenda sobre a torre: a de que, quando a Quinta foi vendida a um alemão nos inícios do século XX, e durante o período da Primeira Guerra Mundial, este foi obrigado a apagar as luzes da casa, já que se julgava que ele, do alto do torreão, dava sinais de luzes aos barcos alemães que se encontravam ao largo da costa gaiense[13].

A Quinta é ainda hoje explorada na totalidade da sua fértil superfície. Nela se faz a cultura do Kiwi[14] e de outros frutos, da vinha e de variados produtos hortícolas.

6 - QUINTA DE S. JOÃOZINHO

É esta uma das vastas quintas sobreviventes em Vilar do Paraíso, estende-se por cerca de 65 mil metros quadrados. Embora a maior parte das suas terras



Fachada municipal do edifício habitacional da Quinta de S. Joãozinho (Arq. fotog. Mário Coutinho).

não estejam já cultivadas, ainda possui um singelo encanto de outrora, com os seus extensos verdes, a espaçosa eira e respectivo espigueiro. Bordejando o ribeiro

[13] A ser verdade esta memória, o facto deveria ter decorrido apenas entre 1914 (data do início do conflito) e 1916, pois em Fevereiro deste ano e respondendo a um pedido da Inglaterra, o governo repuplicano mandou aprender os barcos alemães fundeados nos nossos portos, provocando a declaração de guerra por parte da Alemanha e a nossa imediata intervenção na I Guerra Mundial (Março de 1916).

[14] Ver capítulo *Actividades Económicas*. Recordemos que aqui foi o primeiro local da Península Ibérica onde se fez a cultura deste fruto originário da China.

José Ferreira Tavares Pinto Pereira
. do Sardoy, 1496
Vilar do Paraíso
4405-825 Vila Nova de Gaia

ANEXO 3

Exmo. Senhor
Presidente da
Assembleia de Freguesia de
Vilar do Paraíso

Exmo. Senhor!

Venho, através desta, sugerir à Assembleia de Freguesia de Vilar do Paraíso, e ao Executivo da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso, o seguinte!

- Atendendo à actual inexistência, no nosso dia-a-dia, da possibilidade de contacto, mais ou menos próximo, com os chamados animais domésticos; verificando-se, por conseguinte, uma grande lacuna na formação intelectual das crianças, deverá o Executivo da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso providenciar à instalação de uma "quinta agrícola" onde possam ser vistos, por quem queira, esse género de animais (porcos, bois, vacas, coelhos, galinhas, patos, galos, etc.).

O local poderá ser uma, ou mais do que uma, das propriedades da Rua da Corujeira, do lado da E.N. 1-15.

De V. Exa.
Atentamente

(Militante do Partido Popular - CDS/PP)

Vilar do Paraíso, 23 de Setembro de 2010

José Moreira Tavares Pinto Pereira
R. do Jardim, 1496
Vilar do Paraíso
4405-825 Vila Nova de Gaia

ANEXO 4

Exmo. Senhor
Presidente da
Assembleia de Freguesia de
Vilar do Paraíso

Exmo. Senhor:

Venho, através desta, sugerir, à Assembleia de Freguesia de Vilar do Paraíso, e ao Executivo da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso, o seguinte:

- Transformação, no lugar da Igreja, do local actualmente sinalizado para a construção do auditório da Freguesia de Vilar do Paraíso, em espaço amplo, livre de obstáculos e pavimentado por forma a poder receber a instalação de circos e os habituais equipamentos de diversão aquando das festas a S. Pedro.

De V. Exa.
Atentamente

(Militante do Partido Popular - CDS/PP)

Vilar do Paraíso, 16 de Dezembro de 2010

ANEXOS

1.4 - FESTA AO SENHOR DOS ENTRAVADOS



Festa ao Senhor dos Entravados (Arq. Fotog. de Mário Coutinho).

A data sobre esta festa não se encontra presente na memória das nossas entrevistadas. Mas todas elas se lembram da Procissão do Senhor dos Entravados, que ia até ao largo da Ilha, acompanhada pela confraria, andores e pálio com a custódia - esta era pois uma procissão eucarística.

1.5 - FESTA AO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Comemorava-se a 22 de Junho. Era feita na Igreja Matriz, onde se realizava uma festa solene (missa) com sermões que se prolongavam ao longo de toda a semana. Hoje continua a realizar-se, ora na Capela de S. Martinho, ora na Matriz, embora se tenha simplificado, reduzida a uma Eucaristia de festa, celebrando-se o Coração de Jesus na Sexta-feira à noite e rezando-se o terço pelo Coração de Maria no Sábado seguinte.

1.6 - FESTA AO S. PEDRO

A Festa ao S. Pedro comemora-se a 29 de Junho, dia que a cristandade dedica ao Apóstolo. Nesse dia realiza-se missa de festa e sermão, saindo a procissão da Igreja Matriz, com o andor do Santo e percorrendo um curto trajecto até ao local onde se erguia outrora o cruzeiro, junto da antiga estrada Porto - Espinho.



Festa ao São Pedro (Arq. Fotog. de Mário Coutinho).

André Fonseca Tavares Vinto Ferreira
R. do Jardim, 1496
Vilar do Paraíso
4405-825 Vila Nova de Gaia

ANEXO 6

Exmo. Senhor
Presidente da
Assembleia de Freguesia de
Vilar do Paraíso

Exmo. Senhor:

Venho, através desta, sugerir, à Assembleia de Freguesia de Vilar do Paraíso, e ao Executivo da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso, reforçando a minha sugestão feita na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia de 07.03.2006, o seguinte:

- A construção de casas mortuárias no cemitério da freguesia de Vilar do Paraíso, desprovidas de símbolos religiosos - pois os que não professam religião alguma também morrem e têm de ser velados antes de serem enterrados em cemitérios -, bem como a instalação de um crematório, por forma a completar o conjunto de equipamentos funerários que a actual sociedade impõe.

De V. Exa.
Atentamente

(Militante do Partido Popular-CDS/PP)

Vilar do Paraíso, 28 de Abril de 2011

ANEXO 7



OS CAMELOS

1 - GENEALOGIA

Os Camelos provêm da linhagem dos Cunhas (linhagem das mais antigas de Portugal, que remonta ao tempo do rei D. Afonso VI de Leão), mais propriamente de D. Martim Lourenço da Cunha, casado com D. Sancha Garcia de Penha. Estes tiveram vários filhos, entre os quais se destacou D. Gonçalo Martins que, alcunhado de "o Camelo", passará este nome, em apelido, aos seus descendentes. Gonçalo casou com D. Teresa Anes de Portocarreiro *de quem houve geração*[1]. Para podermos chegar aos Camelos de Vilar do Paraíso, seguiremos apenas a linha genealógica que lhe dá origem. Interessa-nos pois a descendência do primogénito de Gonçalo: Nuno Gonçalves Camelo, que casa com D. Inês Martins, da qual tem uma filha e um filho, sendo este Gonçalo Nunes Camelo, casado com D. Aldonça. Crê-se que foi o filho mais velho destes, Nuno Gonçalves Camelo, cónego em Braga, que instituiu o Morgado de Vilar do Paraíso em favor de um seu sobrinho, Fernão, o filho mais velho de Gonçalo Camelo, senhor da "quinta" com o mesmo nome[2], cavaleiro da *Casa del-Rei* D. João II e casado com Margarida Álvares[3].

O morgadio de Vilar do Paraíso só mais tarde seria instituído oficialmente, por Bula pontifícia, a Fernão (ou Fernando) Camelo de Miranda, filho de Gonçalo, e na época em que um dos seus irmãos, Álvaro Anes Camelo era aí pároco[4]. Como registámos atrás, foi seu tio, Nuno Camelo, que vinculou a quinta de Vilar do Paraíso e que, estando Fernão em Roma aquando da autorização dos ditos vínculos, alcançou a Bula papal para a estes se unirem os rendimentos e proventos

---

[1] ZÜQUETE, Afonso Eduardo Martins (Dir.) – *Armorial Lusitano, Genealogia e Heráldica*. Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961, vol. I, pp. 130-131; 187-188.

[2] FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Vol., III. Edição de Carvalhos de Castro, Braga, 1989, pp. 240 e 244.

[3] MORAES, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana*. Vol. IV, Tomos 1° e 2°, Edição de Carvalhos de Basto, Braga, 1998, pp. 152. Gonçalo Camelo está sepultado na Igreja da Conceição em Matosinhos. Sua esposa, Margarida Álvares, era filha bastarda de D. João Álvares, 23° Prior de Grijó e de Roriz. Nesta obra, e em nota de rodapé, regista-se que, segundo uma memória, Gonçalo seria filho de D. João Camelo, Bispo do Algarve e de Lamego ao tempo de D. João II, e que este deixar-lhe-ia em morgado os dízimos da igreja de Vilar do Paraíso, requerendo bulas pontifícias para esse efeito, pois fora Administrador do Priorado de Grijó, a onde pertencia a dita igreja. No entanto, são colocadas algumas dúvidas, já que a estar correcta a filiação de D. João Camelo, então Gonçalo Camelo estaria casado com uma tia... Na obra de Felgueiras Gayo, como registamos no texto principal, a ascendência de Gonçalo Camelo nada tem a ver porém, com o referido bispo.

[4] Os outros filhos de Gonçalo Camelo foram, além de Fernão e Álvaro, Nuno Camelo e Genebra Camelo, mulher de Pedro Pessoa, fidalgo da Casa Real (FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa, *op. cit.*, p. 244).

da Igreja de Vilar do Paraíso e ainda que a capela da quinta desse origem a uma paróquia. Ele passa então a ser *senhor do morgado de Vilar do Paraíso, com título de capela e obrigação de certas missas e de dar azeite para a lâmpada do Santíssimo Sacramento*[5]. Fernão Camelo casou com D. Maria de Castro, filha de D. Isabel de Sousa e de D. João de Castro, Almirante Mor do Reino, Senhor de Resende, Penela e Roris e quarto vice-rei da Índia, por mando de D. Manuel I. Foi fidalgo da Casa Real e cavaleiro valoroso, lutando na Índia, como seu sogro, onde mereceu do rei D. João III, em 1532, a quantia de dez mil reis, acrescidos de mais 389.400 reis que lhe eram devidos do seu soldo naquele território (para onde partira incluído na Armada de D. Garcia de Noronha)[6]. Faleceu na ilha de S. Tomé, para onde partira depois, no cumprimento de ordens do referido rei. Os seus ossos foram trasladados em 1546 para a capela do solar dos Camelos, actual Igreja Matriz, aí repousando num mausoléu de mármore. Sobre Fernão Camelo dizem as *Memórias de 1758*[7]:

Voluntariamente serviu a Índia, a quem o dito Senhor por sua Real grandeza mandou dar por dia mil reis atendendo a qualidade da sua pessoa, e vindo daquelles citadoz ordenou o mesmo Senhor o tornar-se a servir na Ilha de S. Tomé para onde logo foy, e daly a alguns annos falesceo e seus ossos viherao tresladados para ezta Igreja.

D. Fernão e D. Maria de Castro tiveram um filho, António Camelo (que era pároco em Vilar do Paraíso quando se passou a bula) e uma filha, Antónia de Castro, que casou com Diogo Lopes de Sousa, viúvo, senhor de Oliveira do Bairro, Miranda do Corvo, Folgosinho e Podentes e que fora embaixador extraordinário em Inglaterra. Quando se fez este casamento, disse-se no Porto que *ia o Diabo para o Paraíso*, numa alusão irónica à alcunha de Diogo, *o Diabo*, e à terra da noiva, *Paraíso*[8]. O filho destes, António de Sousa Camelo, morreu aos dezassete anos, na célebre Batalha de Alcácer Quibir (1578), juntamente com D. Sebastião e centenas de outros nobres portugueses. Quem fica sua herdeira universal foi a avó, D. Maria de Castro.

Nuno Camelo, filho segundo de Gonçalo Camelo, continuaria a geração seguinte dos Senhores de Vilar.

---

[5] MORAES, Cristóvão Alão de, *op. cit.*, p. 153.
[6] FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa, *op. cit.*, p. 244.
[7] Apud: PACHECO, Helder, *op., cit.*, p. 288.
[8] MORAES, Cristóvão Alão de, *op. cit.*, p. 153.

Este Nuno Camelo casou com D. Ana Brandão, de quem teve uma filha, D. Joana Brandão Camelo, que, por sua vez, se uniria a Ayres de Miranda, fidalgo da Casa Real, da família dos Pintos[9]. Nascendo três filhos desta união, é um deles, Fernão Camelo de Miranda, que continua a geração dos senhores de Vilar do Paraíso. Casa com Maria Fonseca Pinto e dela tem dois filhos: Fernão Camelo de Miranda e D.ª Joana de Miranda[10]. Fernão casou duas vezes: a primeira, com D.ª Brites Carvajalles, assassinada por ciúmes pelo próprio pai (que viria a morrer na Cadeia da Relação do Porto); casou depois com D.ª Brites de Macedo, de quem teve cinco filhos, tendo o primogénito o nome de Fernando Camelo de Miranda, fidalgo da Casa Real e senhor do Morgado de Vilar. Casou este com D.ª Mariana de Vasconcelos, cuja prole foi de cinco elementos. Um destes, Fernão Camelo de Miranda, casa com D. Maria Pinto de Carvalho, tendo por sua vez dois filhos, um rapaz e uma rapariga.

A rapariga, de nome D.ª Maria de Miranda Camelo, *casou por amores* com Manuel Soares Fer.ª (sic), Cavaleiro da Ordem de Cristo, natural do Brasil e que, enquanto estudante universitário e ao passar umas férias em Portugal, se enamora e casa com a jovem dama, ficando ambos, então, senhores da casa dos Camelos de Vilar. Eram estes morgados e seus descendentes que apresentavam o cura ou o vigário e *liam as estações aos fregueses* e usufruíam das benesses da igreja por carta pontifícia, denominada "breve". Nas festas mais importantes tinham direito a se sentar na cadeira paroquial com a estola aos ombros e a chave do sacrário pendente do pescoço. A estes direitos apelavam-se de *dar aqui os dias santos*. O senhorio desta igreja foi obtido através de uma espécie de comércio com os frades crúzios do mosteiro de Grijó, cedendo-lhes uma certa propriedade. Assim, quando os morgados Camelos visitavam o convento de Grijó, eram recebidos debaixo do pálio, situação muito rara e muito honrosa para esses fidalgos[11].

---

[9] No estudo das genealogias há o entrelaçar frequente de umas famílias com outras, através de casamentos. É com Aires de Miranda que se faz a ligação da família dos Camelos aos Pintos. Vide: FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa – *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Vol. VIII. Edição de Carvalhos de Castro, Braga, 1989, pp. 65-68.

[10] D. Joana de Miranda casaria (ao que parece contra a vontade dos pais), com Tomé da Costa, proprietário e morgado da Quinta da Costa, em Negrelos, Canelas. Tomé da Costa obteria dos reis filipinos o título de fidalgo, pela sua acção na defesa de Pernambuco (Brasil) contra os Holandeses e teria desempenhado papel importante, já que se relacionou com figuras relevantes da sociedade desse tempo. Seu filho primogénito, Baltazar da Silva, foi Cavaleiro da Ordem de Cristo, tendo casado com D. Antónia Teresa de Andrade Baldaya Beliagoa. O filho destes, Tomé da Silva Baldaya, foi Mestre de Campo de Auxiliares no Porto e várias vezes vereador. Falecendo este em 1740, deixa como seu testamenteiro o Rev. Jeremias da Silva Baldaya. Os morgados de Baldaya eram parentes dos Pamplona, um dos apelidos usados pelos Condes de Resende. A Quinta da Costa, dará assim origem ao bem conhecido Solar dos Condes de Resende, situado na freguesia de Canelas. Vide: FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa op. cit , p. 67 e COSTA, Francisco Barbosa da - *S. João Baptista de Canelas, op.. cit.*, p. 375 e 376.

[11] LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno, op. cit.*, p. 131.

Da união de D.ª Maria de Miranda Camelo com Manuel Soares Fer.ª - tão bafejada por amores, que as crónicas acentuam esse casamento de paixão - nasceriam dez filhos. Após a morte do primogénito, o morgadio passaria para Francisco Xavier de Castro, que, invertendo o que fizera seu pai, fora casar no Brasil com D.ª Ana Pinto de Noronha. Francisco morre em 1775, tendo sido sepultado na Igreja de Vilar do Paraíso. Como o seu único filho, Fernão Camelo de Miranda Sarmento Pinto apenas sobrevive cinco anos ao progenitor, e os seus dois filhos, solteiros, viviam no Brasil, o morgadio passou para D. Quitéria Rosa de Miranda, tia de Fernão.

Quitéria, casara com Diogo de Moura Coutinho, brasileiro e proprietário no Douro e dele tivera cinco filhas, quatro das quais morreram solteiras. A sobrevivente, D.ª Maria Camelo Sarmento, torna-se morgada, mas não passa o seu privilégio a qualquer dos seus sete filhos, possivelmente por estes terem morrido muito novos. A partir daqui, finais do século XVIII, perdemos o rasto da sucessão da família dos Camelos. Outras fontes urgia consultar para continuar a descendência. No entanto, lembramos que o morgadio de Vilar poucos mais anos iria sobreviver, pois Mouzinho da Silveira, extingue os morgadios em 1834. Quem seriam e serão os descendentes até actualidade de D. Maria Camelo Sarmento? É uma pergunta que fica à espera de resposta ...

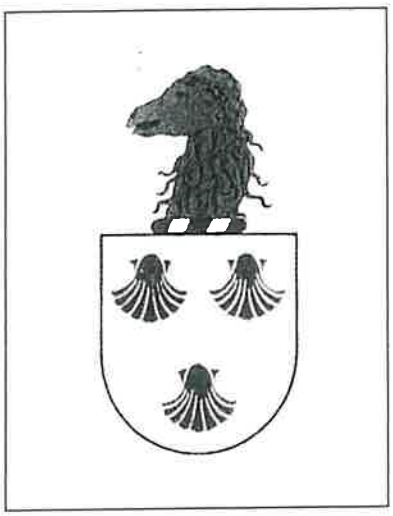
Em forma de síntese do que se escreveu sobre a família dos Camelos, apresenta-se na página seguinte um quadro esquemático da sua genealogia.

CRONOLOGIA	EVOLUÇÃO GENEALÓGICA DOS CAMELOS DE VILAR DO PARAÍSO	
Reinado de D. Afonso VI de Leão, Séc. XI. ➡	Nº 1 - Martim Lourenço da Cunha + D. Sancha Garcia de Penha	
	|	
Reinado de D. Afonso III ➡	Nº 2 - Gonçalo Martins Camelo "o Camelo" + D. Teresa Anes de Portocarreiro	
	|	
Reinado de D. Dinis ➡	Nº 3 - Nuno Gonçalves Camelo + D. Inês Martins	
	|	
Reinado de D. Afonso IV ➡	Nº 4 - Gonçalo Nunes Camelo + D. Aldonça Rodrigues Pereira	
Reinado de D. João II	|	
(1481-1495) ➡	Nº 5 - Gonçalo Camelo + D. Elvira Garcia	
Reinado de D. João III	|	
(1521-1557) ➡	Nº 6 - Fernando ou Fernão Camelo + D. Maria de Castro ➡ *Instituição do Morgadio.*	
	|	
	Nº 7 - D. Antónia de Castro + Diogo Lopes de Sousa	
Reinado de D. Sebastião	|	
(1568-1578) ➡	Nº 8 - D. António de Sousa Camelo, morre na Batalha de A. Quibir e não deixa descendência.	
	¦	
	Nº 9 - Nuno Camelo *(filho do nº 5)* + D. Ana Brandão	
	|	
	Nº 10 - D. Joana Brandão Camelo + Ayres de Miranda (Vereador em 1556)	
	|	
	Nº 11 - Fernão Camelo de Miranda + Maria da Fonseca Pinto	
	|	
	Nº 12 - Fernão Camelo de Miranda + 1ª D. Brites C.; 2ª D. Brites de Macedo	
	|	
	Nº 13 - Fernando Camelo de Miranda + D. Mariana de Vasconcelos	
	|	
	Nº 14 - Fernão Camelo de Miranda + D. Maria Pinto de Carvalho	
	|	
Vivia em 1758 ➡	Nº 15 - D. Maria de Miranda Camelo + Manuel Soares Fer.ª	
	|	
Morre em 1775 ➡	Nº 16 - Francisco Xavier de Castro + D. Ana Pinto de Noronha	
	|	
Vivia em Vilar em 1758 ➡	Nº 17 - Fernão Camelo de Miranda Sarmento Pinto + D. Feliciana Mª da Conceição	
	¦	
	Nº 18 - D. Quitéria Rosa de Miranda *(filha do nº 15)* + Diogo de Moura Coutinho	
	|	
Morre em 1780 ➡	Nº 19 - D. Maria Camelo Sarmento + Rodrigo de Almeida	
	| ou ¦	
	Nº 20 e Seguintes ignora-se (...)	
	Legenda: + = Casamento | = Descendência directa ¦ = Descendência indirecta	

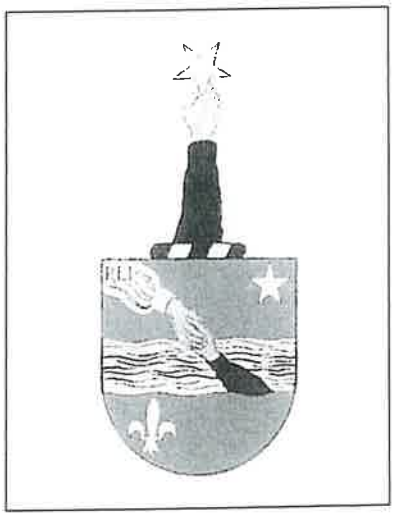
2 - AS ARMAS DOS CAMELOS

As armas da família dos Camelos são de dois tipos.

O primeiro (imagem, a seguir, do lado esquerdo[12]), apresenta três vieiras a azul realçadas de ouro, (as quais decoram actualmente o brasão da Freguesia de Vilar do Paraíso), tendo no timbre a cabeça e o pescoço de um camelo.



A arma da família dos Camelos, do segundo tipo (imagem, a seguir, em baixo[13]) é diferente. É o timbre de Lopo Rodrigues Camelo escrivão da Câmara de D. Sebastião e da Câmara do Mestrado da Ordem de Cristo. Mostra o salvamento que o rei fez a D. Lopo na iminência de morrer afogado, em 1570, ao atravessar uma ribeira quando ia a acompanhar o rei D. Sebastião e se dirigiam de Odemira para Coimbra. Esta nova arma, alusiva a esse acontecimento foi-lhe dada por carta real de brasão em 10-III-1576[14].



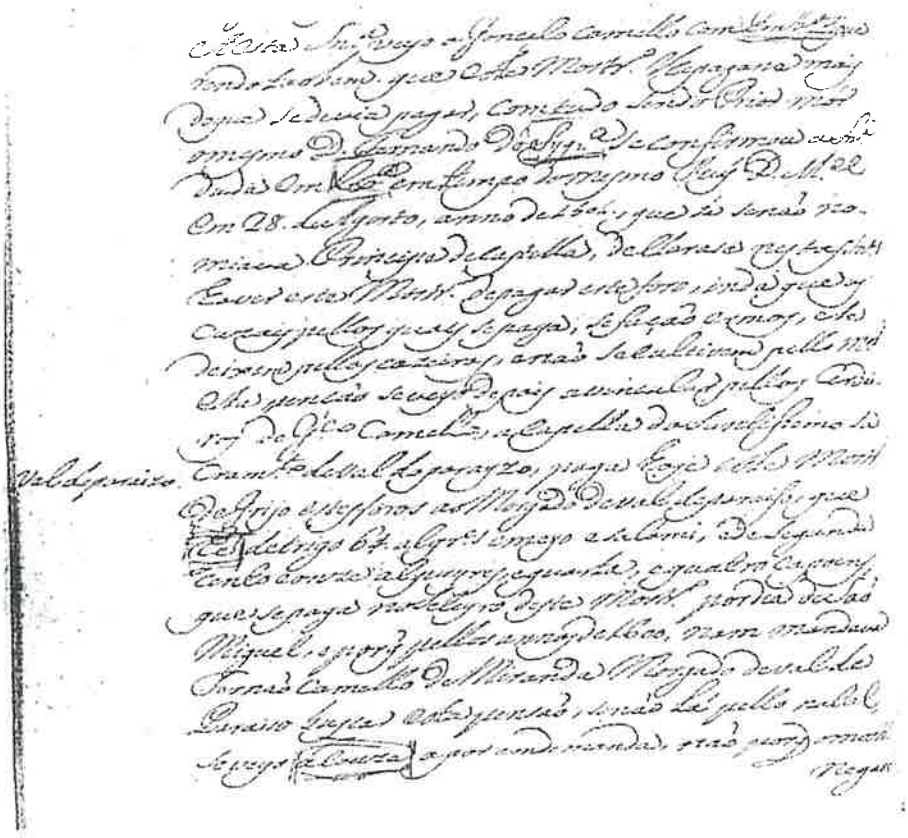
[12] Imagem tratada a partir da Enciclopédia Verbo, Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI. Edições Verbo. Lisboa/S. Paulo, p. 943.

[13] Idem, Ibidem.

[14] Idem, p. 945.

3 - RELACIONAMENTO ENTRE OS CAMELOS E O MOSTEIRO DE GRIJÓ

O manuscrito da *Crónica do Mosteiro de Grijó de 1624*, relata que Gonçalo Camelo pediu a Dª Isabel, mulher do rei D. Manuel I, para que o Mosteiro de Grijó lhe pagasse mais foros do que tinha sido confirmado em 28 de Agosto de 1504.



Crónica do Mosteiro de Grijó de 1624, pormenor de uma das páginas refentes a Vilar do Paraíso.

Pagava então o dito Mosteiro ao Morgado de *Val de Paraiso* os seguintes foros: 64,5 alqueires de trigo; 111 alqueires de salomi de segunda e quatro capões. Esta renda era paga no celeiro do Mosteiro no dia de S. Miguel, no mês de Setembro. Mas como o morgado só foi buscar as rendas pelo Natal, o Mosteiro pôs uma demanda contra o nobre. Por sentença de 1601, do juiz dos feitos do Porto, ficou decidido que o morgado deveria ir buscar a pensão ao Mosteiro pelo dia de S. Miguel e caso não viesse nessa altura, o Mosteiro media a renda e depositava-a onde bem entendesse, ficando o risco por conta do morgado.

Qual a origem do pagamento das rendas do mosteiro de Grijó para com os Morgados de Vilar de Paraíso?

O *Manuscrito* 3858, Livro 41, vol. 2 do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, nas folhas 23 e 23v, conta-nos tudo (o mesmo assunto é descrito no Livro 21, fs. 116 e 116v do Convento de S. Salvador de Grijó, com a vantagem de esta caligrafia ser mais fácil de ler, como se poderá observar em reprodução efectuada desse documento que se insere no final deste assunto).

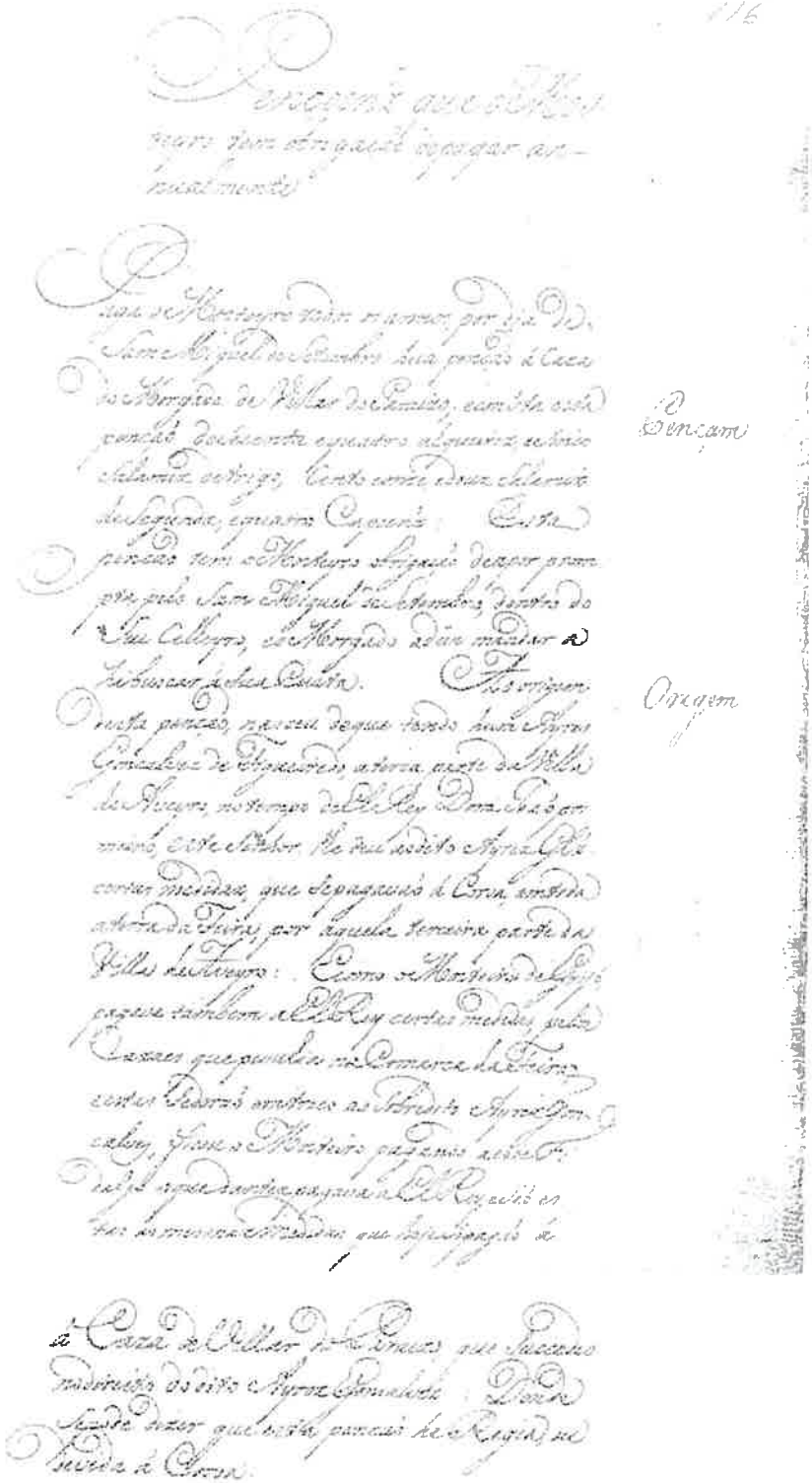
Traduziu-se para uma linguagem mais simples e adaptando o seu conteúdo, as folhas 23 e 23v do *manuscrito* 3858. Passamos a apresentá-las.

Princípio e origem por que este mosteiro paga certas medidas ao morgado de Vilar de Paraíso.

Antigamente tinham os reis de Portugal nos casais da serra da Feira e marinha e por seus termos, certas medidas de pão e aves, que se lhes pagavam, as quais se chamavam "carteiras". E em cada casal se lhes pagava certo número. No tempo do rei D. João I, vendo ele, que um Aires Gonçalves de Figueiredo, cristão novo, tinha a terceira parte da vila de Aveiro e que não convinha haver, em uma vila tão nobre, dois senhores, o rei decidiu com esse nobre trocar as suas "carteiras" pelo terço da vila que pertencia àquele nobre.

Depois de feita a dita troca, o fidalgo, Aires Gonçalves, vendeu a Martin Gonçalo de Miranda, seu genro, aquelas medidas que assim continuaram pelos seus sucessores durante muitos anos, até que Gonçalo Camelo, que morava em Vilar de Paraíso, as comprou. Este fez uma capela ao Santíssimo Sacramento na igreja de Vilar de Paraíso e aplicou-lhe esta renda e parte dela à sua capela. Essas medidas foram arbitradas e avaliadas por sentença e eram pagas pelo mosteiro ao morgado de Vilar. Constavam de: 15 alqueires e três quartas de solmim; de trigo; de centeio e milho e 4 capões.

E como o mosteiro tinha nestas partes muitos casais que também pagavam estas medidas a El-rei e depois a estes fidalgos, ficando os ditos casais muito oprimidos e carregados por ter dois senhorios. O mosteiro para os libertar e aliviar, tomou à sua conta pagar estas medidas de tributo ao morgado (...) Este é o princípio e origem por que esta casa (mosteiro) paga estas medidas ao morgado de Vilar de Paraíso (...).



In, Convento de S. Salvador de Grijó, *Livro 21*, fs. 116 e (116v).



Aspecto actual do edifício contíguo à Igreja Matriz, onde outrora se ergueu a habitação dos morgados de Vilar do Paraíso.

ANEXO 8

APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA

A obra que a Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso decidiu, em boa hora, elaborar e publicar é um exemplo marcante de como se pode contribuir para "fazer cultura". Por isso, as minhas primeiras palavras neste breve texto que, com muito prazer acedo escrever, é para dar os meus parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia, Elísio Pinto, pela visão estratégica e de futuro, de recolher e compilar a História de Vilar do Paraíso.

Trata-se de uma obra - e digo "obra" e não "livro" para significar que nem só as obras físicas merecem aplauso, e muitas vezes, as mais das vozes, as de índole cultural exigem superior grau de exigência - de enorme relevância para todos os vilarenses.

Não se pode conhecer bem uma terra, o seu povo, as suas características, o seu "modus vivendi", sem estudar o seu passado, as suas memórias, as suas glórias e, também, as suas desgraças.

É este levantamento histórico-cultural que agora foi feito e que é reunido numa "Monografia" de Vilar do Paraíso. Quero, também, dar os meus sinceros parabéns ao grupo de trabalho que elaborou esta obra. Segundo julgo saber, a reconstituição do passado histórico, cultural, religioso, civilizacional da freguesia de Vilar do Paraíso não se ficou pela mera recolha e compilação de documentação já existente mas dispersa. Foram também aproveitadas as fontes orais. Ora, este é um aspecto que quero, aqui, realçar, porque significativo.

É extraordinário esta passagem através da oralidade de pais para filhos, de avós para netos, de episódios marcantes da vida de uma comunidade. É sinal de uma pertença forte e genuína a uma terra, à sua terra.

Por isso, considero esta obra um ponto alto do desempenho autárquico da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso, terra de gente com tradições e que faz de um melhor conhecimento do seu passado forte alicerce para a construção de um presente de progresso e um futuro cada vez mais risonho.

O Presidente da Câmara Municipal de Gaia
Luís Filipe Menezes

ANEXO 9

APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA

Ao tornar presente esta obra e sua consequente divulgação a todos os Vilarenses como aos demais interessados, norteou-nos o desejo de dar a conhecer as características de um povo e de um lugar, por certo com fronteiras demarcadas, quer pela situação geográfica ou outras, quer pelos usos e costumes, resultado da existência do património Histórico-Cultural evidenciado.

Trata-se de uma comunidade onde a principal actividade económica era a agricultura, (onde o lavrar a terra e a recolha dos seus produtos constituía a sua única fonte de riqueza) confrontou-se, desde sempre, com as diversidades próprias que aqui se pretende retratar, para mostrar aos jovens, homens e mulheres de hoje, a odisseia do passado.

Faz-se referência aqui e ali a alguns marcos Histórico-Religiosos como a Igreja Matriz, a Capela de S. Martinho e também às casas de vetusta idade que completam o cenário da vivência dos personagens da época.

Foi com vontade firme e determinação de alguns, que em conjunto, se fez o estudo dos arquivos verbais e documentais que por serem assaz importantes ainda não se consideram esgotados.

Em qualquer altura ou época poderão surgir novos elementos, escritos ou de outro tipo que, pela sua existência, virão enriquecer ainda mais o historial da Freguesia de Vilar do Paraíso.

Pretende-se assim homenagear as sucessivas gerações de homens e mulheres que viveram, trabalharam, que se relacionaram uns com os outros desde as mais remotas eras, entrelaçados pelas vicissitudes da vida (riquezas e misérias, de êxitos e fracassos) dando-nos a conhecer pelo exemplo, pela tenacidade, pela vontade de vencer, concedendo a todos, sempre que o desejarem, a possibilidade de se reverem no passado daqueles que fizeram o historial desta pequena, agora grande Comunidade.

Elísio Pinto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 3

LIVRE

Identificação de infraestruturas críticas, sensibilização e distribuição de kits de emergência:

Período Antes da Ordem do Dia

Reunião da Assembleia Municipal, 12-02-2026

Nas últimas semanas, Portugal tem sido duramente atingido por uma sucessão de fenómenos meteorológicos extremos, que provocaram precipitação intensa, ventos fortes e cheias em várias regiões do país. Estes acontecimentos tiveram consequências humanas e materiais graves, com registo de vítimas mortais, pessoas desalojadas, habitações destruídas, infraestruturas danificadas e interrupções prolongadas de serviços essenciais. Este contexto nacional exige uma resposta política responsável, preventiva e solidária, em que o poder local assume um papel determinante.

No concelho de Vila Nova de Gaia, os efeitos destes fenómenos climatéricos fizeram-se sentir de forma significativa, evidenciando vulnerabilidades conhecidas que importa corrigir. Verificaram-se cheias no rio Douro e nos seus afluentes, com particular destaque para o rio Febros, bem como inundações em zonas ribeirinhas, isolamento temporário de populações, condicionamentos severos da mobilidade e ocorrências de deslizamentos de terras e derrocadas. **A recorrência destes eventos demonstra que não estamos perante situações excecionais, mas perante um novo padrão de risco associado às alterações climáticas, que exige planeamento, investimento público e ação política consequente**.

A estas ameaças de origem climática somam-se riscos de natureza tecnológica e sistémica, como falhas no fornecimento de energia, água, saneamento ou comunicações, que podem ocorrer de forma simultânea durante episódios extremos. A interrupção do funcionamento de infraestruturas críticas (equipamentos de saúde, sistemas de abastecimento, redes de transporte, telecomunicações ou serviços municipais essenciais) agrava significativamente o impacto das crises e afeta de forma mais acentuada as

populações mais vulneráveis. Neste contexto, **a proteção das infraestruturas críticas e a preparação das comunidades locais devem ser encaradas como prioridades políticas**. Vila Nova de Gaia tem responsabilidades diretas na identificação de vulnerabilidades no seu território, na articulação institucional e na adoção de medidas preventivas que reforcem a resiliência municipal.

A preparação da população para situações de emergência é igualmente um pilar fundamental da proteção civil moderna. A experiência recente demonstra que a resposta institucional, por si só, é insuficiente quando ocorrem crises prolongadas ou múltiplas. A Estratégia da União Europeia para uma União da Preparação sublinha a necessidade de promover uma cultura de prontidão, capacitando as pessoas e as comunidades a assegurarem, de forma autónoma, as suas necessidades básicas durante, pelo menos, 72 horas em cenários de interrupção de serviços essenciais.

O LIVRE entende que a prevenção e a proteção das populações devem estar no centro das políticas públicas locais. A resposta aos fenómenos extremos não pode limitar-se à reação após a ocorrência dos danos - pelo contrário, deve assentar numa estratégia estruturada de antecipação, redução do risco e capacitação coletiva, com especial atenção às freguesias mais expostas e às populações em situação de maior vulnerabilidade social.

Face ao exposto, **o LIVRE propõe à Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia que recomende à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia que:**

1. Proceda ao levantamento das infraestruturas críticas existentes no concelho, incluindo infraestruturas municipais e não municipais, cuja disrupção possa afetar a população residente, trabalhadora ou visitante, com especial atenção às localizadas em zonas costeiras e ribeirinhas do Douro, em áreas inundáveis, em eixos viários estruturantes e em zonas suscetíveis a deslizamentos de terras;

2. Avalie a vulnerabilidade dessas infraestruturas a fenómenos de cheia, galgamento fluvial, instabilidade geotécnica e falhas prolongadas de energia ou comunicações, identificando prioridades claras de intervenção e investimento;

3. Defina, em articulação com o Governo e com as entidades responsáveis pelas redes e equipamentos, um plano faseado para dotar as infraestruturas críticas identificadas de soluções de autonomia energética, nomeadamente painéis solares, baterias e inversores complementares aos geradores existentes, garantindo o funcionamento

mínimo de serviços essenciais em cenários de falha da rede elétrica;

4. Promova campanhas municipais de sensibilização dirigidas à população sobre os riscos associados a cheias, deslizamentos de terras e interrupções de serviços essenciais, com informação clara e acessível, adaptada às realidades específicas das diferentes freguesias do concelho;

5. Crie um programa municipal de apoio à distribuição de kits de emergência às populações socialmente mais vulneráveis, tendo em conta a necessidade de garantir autonomia básica durante pelo menos 72 horas, assegurando que nenhuma pessoa ou família fica excluída das condições mínimas de preparação e segurança;

6. Promova a realização regular de simulacros e ações de treino comunitário, em articulação com juntas de freguesia, escolas, associações locais e agentes de proteção civil, reforçando a capacidade de resposta coletiva a situações de risco e ameaça.

O deputado municipal,
Hélder Verdade Fontes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 4

Assembleia Municipal

Proposta de Recomendação

Pela Discussão do Regulamento Municipal para o Arrendamento de Habitações Sociais

Considerando que:

1. Na sessão de 16 de Fevereiro de 2023 a Assembleia Municipal aprovou por grande maioria e sem votos contra uma Proposta de Recomendação visando a abertura de um processo de revisão e diagnóstico do Regulamento Municipal para o Arrendamento de Habitações Sociais, proposta a que o Executivo não deu seguimento;
2. Para bem da transparência e da capacidade de fiscalização por parte dos Cidadãos é fundamental a existência de um Regulamento Municipal para o Arrendamento de Habitações Sociais adequado à realidade do Concelho;
3. No seu preâmbulo, o Regulamento em vigor, disponível no sítio web da Gaiurb, aponta para a sua necessidade enquanto um "*importante instrumento de gestão, quadro normativo de excelência, no qual se encontram plasmadas não só as normas decorrentes das alterações legislativas em vigor, mas também as regras e respectivos critérios, amadurecidas pela experiência adquirida ao longo dos muitos anos de trabalho na relação social desenvolvida na área territorial do concelho de Vila Nova de Gaia*" (CMVNG, 2018, p.2).

E tendo em conta que:

1. O Regulamento Municipal para o Arrendamento de Habitações Sociais foi revisto em 2018 e, não obstante ao seu tempo em vigor não ter sido um obstáculo às condições de atribuição de arrendamento, mantém algumas arestas que merecem renovado debate, designadamente através de algumas situações que podem ser consideradas injustas. Por exemplo, um agregado familiar que, pelo desenfreado aumento das rendas ou pela precariedade dos seus vínculos laborais, tenha sido obrigado a mudar de concelho nos últimos 5 anos, ainda que de forma parcial, não se pode candidatar;
2. A resposta ao problema habitacional, pela sua dimensão e complexidade, terá de ser multidisciplinar e integrada;
3. Para além do exemplo descrito, podem existir adaptações ao Regulamento e à respectiva Grelha de Avaliação com vista a enfrentar a situação de crise económica e social que se vive em Vila Nova de Gaia;

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, na sua reunião de 12 de Fevereiro de 2026, decide recomendar à Câmara Municipal:

- O início de um efectivo e participado processo de revisão e diagnóstico do Regulamento Municipal para o Arrendamento de Habitações Sociais, com vista a melhor responder a potenciais situações de injustiça constante do mesmo, bem como para a sua adaptação à situação de crise económica e social que se está a viver em Vila Nova de Gaia.

2026.02.12

Pel'A CDU,

Beatriz Pinto

(Beatriz Castro Pinto)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 5

Data: [12 de fevereiro de 2026] N/Refª.: [003/2026]

Assunto: **[Recomendação]**
[Programa Municipal de Multiliteracias para a Cidadania Ativa]

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal tem como principal objetivo da sua ação política servir os cidadãos de Vila Nova de Gaia e converter as suas legítimas expectativas e ambições em políticas públicas que melhorem efetivamente a sua qualidade de vida e a das gerações futuras.

Com base neste compromisso, propomos que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão ordinária no dia 12 de fevereiro de 2026 delibere recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a criação de um Programa de Multiliteracias para a Cidadania Ativa.

A liberdade individual e a cidadania ativa exigem hoje competências práticas para pensar criticamente, compreender informação, identificar desinformação, tomar decisões conscientes e participar de forma informada na vida económica, social e democrática das nossas comunidades.

O Programa Municipal de Multiliteracias que propomos foca-se no desenvolvimento de literacias financeira, mediática, digital e cívica por parte de jovens em idade escolar e respetivas famílias, jovens adultos em início de vida profissional e associações juvenis e comunitárias.

Promove-se assim a leitura crítica da informação e o combate à desinformação, bem como o domínio de conceitos essenciais como poupança, impostos, crédito, risco e planeamento financeiro; segurança online, privacidade e uso consciente da tecnologia; funcionamento das instituições e participação democrática.

O Programa assenta numa lógica de capacitação em cooperação com entidades da sociedade civil e profissionais e voluntários qualificados, evitando estruturas permanentes do Estado ou da Administração Local.

Propomos que a sua Implementação passe por programas-piloto de curta duração em escolas e espaços municipais, acompanhados de uma avaliação baseada em indicadores claros de impacto.

Este projeto aposta na capacitação, na responsabilidade individual e na sociedade civil como motores da mudança, criando jovens mais preparados para a vida adulta e cidadãos mais críticos, informados e autónomos e menos propensos à desinformação e à má gestão financeira.

Por estas razões, esperamos que esta Assembleia aprove esta proposta.

Vila Nova de Gaia, 12 de fevereiro de 2026

O Proponente,

_____

[Nome e Assinatura]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 6

Data: [12 de fevereiro de 2026] N/Refª. [004/2026]

Assunto: **[Recomendação]**
[Segregação do Canal Metroviário na Avenida da República]

Uma das preocupações do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal incide sobre a melhoria da mobilidade urbana no nosso concelho. Neste sentido, propomos que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão ordinária no dia 12 de fevereiro de 2026 delibere recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a segregação do canal metroviário na Avenida da República.

No atual panorama económico, social e ambiental, importa maximizar a utilização do transporte público face ao individual para atingir os objetivos de descarbonização das cidades portugueses.

Neste contexto, na Linha Amarela do Metro do Porto, têm-se registado, praticamente desde a sua inauguração em 2005, inúmeros atropelamentos (alguns deles mortais) no seu percurso na Avenida da República. Adicionalmente, ocorrem outras situações insólitas, como o abandono de automóveis no canal metroviário ou a circulação de veículos destravados lado a lado com o Metro.

Estes acidentes, além do dano incalculável causado às vítimas e seus familiares, têm um significativo impacto na operação, com custos de manutenção acrescidos, diminuição das receitas e erosão da fiabilidade do serviço.

Neste sentido, o Grupo Municipal da Iniciativa Liberal propõe que o canal metroviário na Avenida da República seja segregado através de barreiras arquitetónicas que desencorajem o atravessamento de peões fora dos lugares autorizados para o efeito e impeçam a invasão acidental de outros veículos.

Embora acidentes associados à circulação do Metro sejam sempre inevitáveis, a nossa proposta irá reduzir o risco de atropelamento, aumentar a segurança da circulação e consequentemente melhorar a fiabilidade, regularidade e velocidade média da operação.

Por estas razões, esperamos que esta Assembleia aprove esta proposta.

Vila Nova de Gaia, 12 de fevereiro de 2026

O Proponente,

_____

[Nome e Assinatura]

Assembleia Municipal

PAOD - 4 - Segregação Linha Metro

Declaração de Voto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 7

A CDU observa com preocupação os episódios de desarticulação da circulação das viaturas da Metro do Porto com outros meios de transporte, designadamente o automóvel, mas também com a passagem de peões, que têm resultado em graves impactos na fluidez e, infelizmente em alguns casos, na integridade física dos cidadãos. Tal como temos vindo a denunciar, é urgente um debate sério, integrado e articulado sobre a Avenida da República, que considere todos os que nela circulam e que proteja a vitalidade do centro do Concelho e do comércio local, num debate que deve incluir a reflexão sobre os atravessamentos.

A presente proposta de recomendação sobre a Segregação do Canal Metroviário insere-se num conjunto de contributos avulsos que, a serem implementados de forma desarticulada e sem o suporte de pareceres técnicos ou avaliações independentes, correm o risco de falhar os seus propósitos. A solução aqui apresentada, sob a designação genérica de "barreiras arquitetónicas", poderá não só não atingir os objetivos esperados, como trazer consequências laterais negativas, forçando a revisões de projeto com custos acrescidos para o erário público.

Por esses motivos, a CDU considera que não pode, por um imperativo de responsabilidade, acompanhar a proposta nos termos descritos pelo partido proponente, apelando, novamente, à criação de um debate sobre a Avenida da República sério, responsável e que envolva as populações.

2026.02.12

Pel'A CDU,

(José Alberto Costa)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 8

PS Vila Nova de Gaia

Grupo Municipal | Assembleia

Proposta de Recomendação

Por reuniões da Câmara Municipal públicas e transmitidas online

A transparência no exercício do poder local não é apenas um princípio abstrato, é condição fundamental para a sua Democracia. Enquanto a nossa Assembleia Municipal avançou para a transmissão online, as reuniões da Câmara Municipal continuam a apresentar algumas barreiras de acessibilidade.

A Câmara Municipal toma decisões que afetam o quotidiano de todos os cidadãos de Vila Nova de Gaia. Deste modo, é natural e desejável que estes possam acompanhar todas essas deliberações sem limitação, de qualquer lugar e momento. É igualmente importante reconhecer que a participação cívica informada vingará com este acesso mais direto e descomplicado à informação pública do nosso município.

A transmissão online não substitui a presença física, que também deve ser garantida pela realização pública de todas as sessões deste órgão autárquico, mas complementa-a, ampliando o universo de cidadãos que podem exercer o seu direito de escrutínio sobre a governação local. Numa era digital, a democracia local deve aproveitar as ferramentas disponíveis para se aproximar das pessoas, não para as distanciar. A transparência constrói-se também no diálogo nos espaços digitais do município, onde todas as vozes devem encontrar lugar para se expressar livremente.

Importa igualmente informar a Assembleia Municipal e quem acompanha este debate que os vereadores do Partido Socialista apresentaram uma proposta para que todas as reuniões de Câmara passassem a ser públicas e online. Porém, por esta proposta ter sido rejeitada, o Partido Socialista apresenta a presente recomendação através da Assembleia Municipal, onde contamos recolher um consenso partidário mais alargado, como é exemplo o Livre e a Iniciativa Liberal, partidos que nos mandatos atual e anterior pugnaram por esta medida.

Assim, o grupo municipal do Partido Socialista, presente na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, recomenda à Câmara Municipal as seguintes ações:

1. Que todas as reuniões da Câmara Municipal sejam abertas ao público, sendo atempadamente e devidamente divulgadas, dentro dos parâmetros da lei, junto da população.

2. Que todas as reuniões da Câmara Municipal sejam transmitidas em direto, e posteriormente disponibilizadas, através de plataformas digitais acessíveis a toda a população.

12 de Fevereiro de 2026

Pelo Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia,
Diogo Silva

EMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 9

VOTO DE SAUDAÇÃO

100 anos da Associação Desportiva e Cultural de Santa Isabel

A Associação Desportiva e Cultural de Santa Isabel foi fundada a 28 de janeiro de 1926, o que a torna uma das associações mais antigas da freguesia de Canelas e do concelho de Vila Nova de Gaia.

O Santa Isabel, como também é conhecida a associação, iniciou a sua atividade com um Grupo Musical, entretanto extinto, mas foi sempre capaz de se reinventar, destacando-se por nunca ter interrompido a sua atividade ao longo dos seus cem anos de existência ao serviço da comunidade, mantendo-se em constante evolução e permanentemente aberta a novos projetos e parcerias.

Ao longo do seu percurso, a Associação tem desenvolvido um vasto conjunto de atividades nas áreas da cultura, do desporto e da intervenção social. Nesse contexto, e embora já não se encontrem em atividade, destacam-se o Grupo de Teatro, as equipas de Andebol e o projeto "Sim, Somos Capazes", desenvolvido em articulação com o Agrupamento de Escolas de Canelas, com o objetivo de apoiar jovens com deficiência intelectual após a conclusão da escolaridade obrigatória, colmatando uma lacuna existente na comunidade.

Atualmente, a associação envolve mais de 600 pessoas e conta com sete secções em permanente atividade: Futsal, com equipas desde os escalões de formação, abrangendo crianças a partir dos 4 anos até ao escalão sénior, tendo a equipa sénior alcançado, em 2024, a subida à Terceira Divisão Nacional. O clube foi igualmente distinguido pela Associação de Futebol do Porto e pela Federação Portuguesa de Futebol, através da atribuição das Quinas de Ouro e da Certificação como Entidade Formadora de 3 estrelas; Voleibol Feminino, desenvolvido em parceria com o Agrupamento de Escolas de Canelas; Equipa de Trail & Running, com atletas a participar em provas de âmbito nacional e europeu, que organiza igualmente eventos como o "Canelas Trail", a

"Caminhada Cancro da Próstata", bem como outras iniciativas de cariz solidário, muitas delas em parceria com outras associações; Clube Rodeiras TT, que constitui um grupo de convívio dedicado ao todo-o-terreno, desenvolvendo também ações solidárias; Academia Sénior, que promove aulas de informática, inglês, pilates, dança e música, contribuindo para o envelhecimento ativo da população; Rancho Folclórico, que mantém vivas as tradições locais e, para além da participação regular em festivais fora do concelho, organiza anualmente o Festival de Folclore de Canelas; e a Dádiva de Sangue, em que a associação foi fundadora do Movimento Nacional de Dadores de Sangue e desempenhou um papel pioneiro na promoção da dádiva de sangue em Portugal, contribuindo para a aprovação, na Assembleia da República, da Rede Nacional de Transfusão Sanguínea. Atualmente, e em articulação com o Instituto Português do Sangue, mantém a realização regular de ações de dádiva de sangue em Canelas.

Para além das atividades desportivas, culturais e de solidariedade, a associação promove iniciativas que valorizam o património local, incentivam a cooperação entre associações e entidades, dinamizam a cultura e fomentam o convívio, não só entre os seus associados, mas com toda a população.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, saúda a Associação Desportiva e Cultural de Santa Isabel e todos quantos, ao longo destes 100 anos, contribuíram para a sua história, reconhecendo o relevante serviço prestado à comunidade de Canelas e ao concelho de Vila Nova de Gaia.

Vila Nova de Gaia, 12 de fevereiro de 2026

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Álvaro Santos

Eduardo Barroco de Melo

Carla Cáceres

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 10

GAIA PSD

GRUPO PARLAMENTAR

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

APROVADO POR UNANIMIDADE

VOTO DE PESAR

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuel Rodrigues da Silva, cidadão que marcou de forma indelével os primórdios da democracia local no nosso concelho.

Fundador do então PPD em Vila Nova de Gaia e deputado municipal entre 1976 e 1990, integrou a geração que ajudou a construir o poder local democrático, num tempo em que a política se fazia com presença no terreno, coragem cívica e sentido de missão, sempre guiado pelos valores da liberdade, da justiça e da participação conquistados com o 25 de Abril.

Homem de convicções firmes e de serviço público, foi exemplo de cidadania ativa, integridade e dedicação à causa comum, deixando um legado que importa reconhecer e preservar.

Nestes termos, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que, na presente sessão, seja aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Rodrigues da Silva, devendo esta deliberação ser comunicada à sua família e à Comissão Política do PSD de Vila Nova de Gaia.

Vila Nova de Gaia, 12 de fevereiro de 2026

Pelo Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal,

Ana Durana (Dra.)

Assinado por: Ana Clara Nobre Durana
Num. de Identificação: BI09206886
Data: 18-02-2026 12:31:11 +00:00

CHAVE MÓVEL

Rua General Torres, 1141 - 4400-164 Vila Nova de Gaia | Telefone: 223742493 | grupoparlamentarpsd@mail.cm-gaia.pt

Intervenção na Assembleia Municipal

Situação do SIADAP em Gulpilhares

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 11

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais,

Senhores Presidentes de Junta,

Órgãos de Comunicação Social,

Polícia Municipal,

Caros Munícipes,

Esta Assembleia Municipal tem a responsabilidade de fiscalizar, questionar e exigir transparência.

No período da Quarta República francesa, o Sr. Primeiro-ministro Pierre Mendès, destacou-se pela sua coragem política onde lhe é reconhecida uma célebre frase,

"governar é escolher, escolher é ter a coragem".

É exatamente isso que me traz aqui hoje, é ter a coragem de trazer a público uma situação grave herdada em Gulpilhares: a falta de aplicação do SIADAP aos trabalhadores durante vários ciclos de avaliação. Este processo poderá causar um grande impacto económico/financeiro na gestão do mandato.

Não estamos a falar de um detalhe administrativo. Estamos a falar do incumprimento de um instrumento legal obrigatório, criado para garantir mérito, justiça e eficiência na Administração Pública. Quando o SIADAP não é aplicado, a lei não é cumprida — tem e deve ter consequências políticas.

A falta de avaliação SIADAP não é um problema isolado. Ela arrasta consigo uma consequência ainda mais grave e socialmente injusta: **Os trabalhadores ficam impedidos de ter qualquer progressão na carreira.**

Estamos a falar de pessoas que trabalharam anos ao serviço da comunidade e que hoje veem o seu percurso de carreira incompleto, desatualizado e incorreto. Isto

não é um detalhe técnico — é uma violação de direitos. Afeta salários, reformas, pensões, subsídios e a própria segurança social futura destes trabalhadores.

É inaceitável que uma autarquia permita que erros administrativos ou omissões políticas prejudiquem diretamente a vida pessoal e familiar de quem sempre cumpriu o seu dever. Não se pode exigir lealdade, dedicação e profissionalismo quando o próprio empregador público falha naquilo que é básico: **garantir que os trabalhadores são avaliados e que progridem na sua carreira e veem os seus salários ser atualizados.**

Durante anos, esta realidade foi ignorada. Não por desconhecimento, mas por opção. Optou-se pela inércia, pelo silêncio e pelo adiamento sistemático de responsabilidades. O resultado está à vista: trabalhadores com carreiras bloqueadas, serviços fragilizados e uma administração local afastada dos princípios da boa governação.

Mais, trabalhadores que avançaram para processos judiciais com pedidos de indemnização de mais de 30.000€. Outros ainda que aguardam a regularização do processo com a reposição dos tempos de serviço, alguns inclusive, com afetação a mais de 25 anos de carreira.

Convém dizê-lo com clareza nesta "casa":

Não avaliar é governar mal.

Não cumprir a lei é falhar com os trabalhadores e com os munícipes.

Este novo executivo não assume funções para tratar de questões herdadas do passado, mas, acima de tudo, para romper com uma cultura de facilitismo que se instalou nos últimos anos e que esta Assembleia não pode continuar a tolerar.

Cito Francisco Sá Carneiro. "não há Liberdade sem responsabilidade",

Assumimos o compromisso de finalmente implementar processo de avaliação cumprindo os termos da lei, com transparência e respeito pelos trabalhadores. Mesmo que hipoteque o nosso mandato. Acima de tudo estão os direitos.

A valorização dos trabalhadores começa pelo cumprimento da lei. E uma autarquia que não respeita os seus próprios trabalhadores perde autoridade moral para exigir seja o que for aos cidadãos.

Esta Assembleia deve questionar, acompanhar e exigir resultados. É isso que esperamos: escrutínio, exigência e responsabilidade política.

Gulpilhares não pode continuar a pagar o preço de anos de desorganização e falta de liderança. O tempo do "deixa andar" terminou. O tempo da responsabilidade começou.

É esse o caminho que este executivo seguirá.

Com coragem.

Com transparência.

E com respeito por quem trabalha e por quem nos elegeu.

Levaremos este processo até ao limite das nossas forças para repor a normalidade e proporcionar o bem-estar merecido a todos aqueles que colaboraram, cito Francisco Sá Carneiro, "A política não é arte do possível, é a arte de tornar possível o necessário".

Muito obrigado.

Alfredo José Ribeiro da Rocha
Presidente da Junta de Freguesia de Gulpilhares

GRUPO MUNICIPAL VILA NOVA DE GAIA CHEGA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 12

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

A discussão que hoje temos sobre as contas do Município de Vila Nova de Gaia tem sido marcada por duas narrativas opostas: de um lado, quem afirma que as contas são péssimas; do outro, quem garante que a situação financeira é boa.

A verdade, como muitas vezes acontece, não está nos extremos. E é essa análise séria e responsável que devemos fazer.

Os números mostram que o Município tem receita efetiva na ordem dos 235 milhões de euros e uma despesa efetiva de cerca de 225 milhões. Existe saldo corrente positivo e capacidade de gerar poupança. Portanto, sejamos claros: Gaia não está em rutura financeira, nem está à beira do colapso.

Mas isso não significa que as contas estejam bem.

O verdadeiro problema não está no equilíbrio formal das contas. O problema está na sua estrutura.

Hoje, o Município gasta cerca de **172 milhões de euros em despesa corrente**. Isto representa aproximadamente **70% da receita total**. Ou seja, sete em cada dez euros servem apenas para manter a máquina a funcionar: serviços, contratos, funcionamento corrente.

E quanto sobra para o futuro?

A despesa de capital, ou seja, o investimento, ronda os **43 milhões de euros**. Menos de um quinto do orçamento.

Isto significa, na prática, que por cada quatro euros que o Município gasta a manter a estrutura, investe apenas um euro no desenvolvimento do concelho.

Este é o verdadeiro problema financeiro de Gaia.

Não é um problema de falência.
É um problema de modelo.

Temos um Município pesado, caro de manter e com uma estrutura de despesa rígida. Um Município que consome grande parte dos seus recursos no presente, em vez de os canalizar para transformar o território, melhorar infraestruturas, reforçar mobilidade, habitação, requalificação urbana e qualidade de vida.

E isto é particularmente preocupante num dos maiores municípios do país, com necessidades evidentes de investimento e com uma população que espera respostas concretas.

Quando a despesa corrente cresce demasiado, o Município perde margem de manobra. Fica dependente, menos ágil e menos capaz de responder a desafios futuros.

Por isso, a questão que devemos colocar não é se as contas fecham.

A questão é outra:

O dinheiro dos contribuintes está a ser usado para manter a máquina… ou para desenvolver Gaia?

E aqui, os números mostram um desequilíbrio claro.

É preciso coragem política para rever estruturas, controlar a despesa corrente, avaliar contratos, reduzir custos permanentes e libertar recursos para investimento.

Gaia não precisa apenas de contas equilibradas.
Precisa de contas orientadas para o futuro.

Precisa de um Município mais eficiente, mais leve e mais focado no que realmente transforma a vida das pessoas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

As contas não estão em colapso.
Mas também não estão ao serviço da ambição que Gaia precisa.

E é essa mudança de prioridade que este Executivo deve assumir.

Muito obrigado.

GRUPO MUNICIPAL VILA NOVA DE GAIA CHEGA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 13

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O documento que hoje analisamos — relativo ao novo modelo organizativo da Câmara Municipal — merece uma reflexão séria, porque não estamos a discutir apenas um organograma. Estamos a discutir o tamanho da máquina municipal, o custo dessa estrutura e, acima de tudo, as prioridades políticas deste Executivo.

E é precisamente aqui que surgem preocupações.

Este novo modelo prevê até **13 Direções Municipais, 24 Departamentos e um máximo de 72 Divisões**.

Senhoras e Senhores Deputados,

Não estamos a falar de um ajuste técnico.
Estamos a falar de uma estrutura com potencial para **mais de uma centena de cargos dirigentes**, todos eles com remunerações acrescidas, suplementos de chefia e despesas associadas.

E isto levanta uma pergunta inevitável:

É este o momento para aumentar ou expandir a máquina administrativa do Município?

Ainda recentemente ouvimos o Executivo falar de dificuldades financeiras, de limitações orçamentais e da necessidade de rigor.

Mas a realidade é outra.

Temos uma despesa corrente já muito elevada. Sabemos que cerca de 70% da receita municipal é consumida pelo funcionamento da

estrutura. E agora surge um modelo que não reduz, não simplifica, não racionaliza — pelo contrário, cria margem para crescimento.

Porque o documento não fixa a estrutura real.
Define **limites máximos**.

Ou seja, abre a porta a que, ao longo do tempo, sejam criadas mais divisões, mais chefias, mais cargos — sem que esta Assembleia tenha de voltar a pronunciar-se.

Isto não é apenas organização.
Isto é **flexibilidade para aumentar a despesa estrutural no futuro**.

E há mais um ponto que não pode ser ignorado.

O regulamento determina a cessação das atuais comissões de serviço de dirigentes e chefias.

Na prática, isto significa uma reconfiguração total da estrutura de liderança da Câmara.

Sendo um procedimento legal, levanta, no mínimo, uma preocupação política:
Estamos perante uma reorganização técnica… ou perante uma reorganização com critérios de confiança política?

Porque quando se substitui toda a estrutura dirigente ao mesmo tempo, a perceção pública importa.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

O problema de Gaia não é falta de organogramas.
O problema de Gaia é uma máquina pesada, cara a manter e com uma despesa corrente muito elevada face ao investimento.

O que este concelho precisa é de:

- mais eficiência,
- mais simplificação,
- mais controlo da despesa estrutural,
- e mais recursos libertados para investimento e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Este documento segue o caminho contrário.

Em vez de aliviar a estrutura, cria condições para a expandir.
Em vez de conter a despesa permanente, aumenta a rigidez futura.

A pergunta política é simples:

Queremos um Município mais ágil e eficiente… ou um Município cada vez maior, mais pesado e mais caro de manter?

O CHEGA entende que a prioridade deve ser a eficiência, o controlo da despesa e a responsabilização na gestão dos recursos públicos.

Porque cada novo cargo dirigente, cada nova estrutura permanente, é dinheiro dos contribuintes — e esse dinheiro deve servir, antes de tudo, para melhorar a vida dos cidadãos, e não para aumentar a dimensão da máquina.

Muito obrigado.

Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 14

PAOD - Declaração de Solidariedade e Reconhecimento

A CDU não podia deixar de usar este momento para se solidarizar e reconhecer publicamente o trabalho de quantos têm estado no terreno durante as intempéries que têm afectado o país e o nosso concelho.

Aos trabalhadores da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia de Gaia, aos Bombeiros Voluntários e Sapadores, às forças de segurança que diariamente dão sinais de profissionalismo e sentido de serviço público em condições muito exigentes.

À população das zonas atingidas pela subida do leito do Rio Douro e dos seus afluentes Uíma e Febros que voltam a deparar-se com consequências graves nas suas vidas.

A todos eles, o nosso respeito e a nossa solidariedade, naturalmente extensível aos seus congéneres de todas as regiões do país afetadas pelas intempéries dos últimos dias.

2026.01.16

Pel'A CDU,

(José Alberto Costa)

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 15

MINUTA DE ATA Nº 07

Reunião Ordinária de 12.02.2026

Ao décimo segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. Foram, no Período de Antes da Ordem do Dia, votados os seguintes documentos:

a) Foi uma, **Proposta de Recomendação**, apresentada pelo Deputado Único do LIVRE, "Identificação de infraestruturas críticas, sensibilização e distribuição de kits de emergência", **Rejeitada**, com 33 votos contra (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 24 a favor (22 do PS, 01 da CDU e 01 do LIVRE). ----------

b) Foi uma, **Proposta de Recomendação,** apresentada pelo Deputado Único da CDU, "Pela Discussão do Regulamento Municipal para o Arrendamento de Habitações Sociais", **Rejeitada**, com 33 votos contra (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 02 votos a favor (01 da CDU e 01 do LIVRE) e 22 abstenções do PS. -----

c) Foi uma, **Proposta de Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal da IL, "Programa Municipal de Multiliteracias para a Cidadania Ativa", **Aprovado por Maioria**, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 23 votos contra (22 do PS e 01 da CDU) e 01 abstenção do LIVRE. ----------

d) Foi uma, **Proposta de Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal da IL, "Segregação do Canal Metroviário na Avenida da República", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 do LIVRE) 01 voto contra da CDU e 22 abstenções do PS. ----------

e) Foi uma, **Proposta de Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, "Por reuniões da Câmara Municipal públicas e transmitidas online", **Rejeitado**, com 29 votos contra (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 28 votos a favor (22 do PS, 04 do CH, 01 da CDU e 01 do LIVRE). ----------

f) Foi um, **Voto de Saudação**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "100 anos da Associação Desportiva e Cultural de Santa Isabel", **Aprovado por Unanimidade**. --

g) Foi um, **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, "pelo falecimento de Manuel Rodrigues da Silva", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

2. **No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:** ----------

a) **Foi o Ponto 3.1. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Ata nº 03 de 09 de dezembro de 2025", **aprovado por Unanimidade.** ----------

b) **Foi Realizada a** "Eleição do Presidente de Junta de Freguesia ao Conselho Municipal de Educação", **referente ao Ponto 3.2. da Ordem de Trabalhos.** ----------
Foi apresentada 01 Lista, denominada Lista A, tendo sido aprovada com 32 votos a favor, 01 votos contra, 24 votos brancos e 00 voto nulo. Foi, pois, eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gulpilhares, Alfredo José Ribeiro da Rocha -----

c) **Foi o Ponto 3.3. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Saldo de Gerência do Ano 2025, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **Aprovado por Maioria**, com 52 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 do LIVRE) e 05 abstenções (04 do CH e 01 da CDU). ----------

d) **Foi o Ponto 3.4. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Despacho de Revogação dos Procedimentos de Recrutamento, **retirado** da Ordem de Trabalhos por Proposta da Câmara Municipal.

e) **Foi o Ponto 3.5. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Direção Superior de 1.º Grau - Direção Municipal de Polícia Municipal e Segurança Pública - Aprovação da Composição do Júri de Recrutamento, **Aprovado por Maioria**, com 56 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU), e 01 abstenção do LIVRE. ----------

f) **Foi o Ponto 3.6. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Procedimentos Concursais para Provimento dos Cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º e 3.º Graus –Aprovação da Abertura dos Procedimentos e da Composição dos respetivos Júris de Recrutamento, **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU), 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

g) **Foi o Ponto 3.7. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à abertura de Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para a Carreira/Categoria de Assistente

Operacional, área funcional de Ação Educativa, **retirado** da Ordem de Trabalhos por Proposta da Câmara Municipal. ----------

h) **Foi o Ponto 3.8. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Organização dos Serviços Municipais - Aprovação da Estrutura Nuclear e da Estrutura Flexível - Regulamento dos Serviços e Organograma, **Aprovado por Maioria**, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP), e 28 abstenções (22 do PS, 04 do CH, 01 do LIVRE e 01 da CDU. ----------

E, nada mais havendo a tratar por hoje, conforme decisão previamente tomada, foi esta reunião dada por encerrada eram 00 horas e 23 minutos do dia 13 de fevereiro de 2026, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária em Exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA
EM EXERCÍCIO

(Ana Paula Paiva Godinho da Silva Dias, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
EM EXERCÍCIO

(Paulo Alexandre Azevedo Pereira Santos, Dr.)